

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

JULIANA PACHINIAK FERNANDES

UMA LACUNA HISTORIOGRÁFICA EM GÊNERO E TRABALHO:  
AS MULHERES DO BRASIL SETECENTISTA NA ECONOMIA -  
MUNDO

Florianópolis

2019

JULIANA PACHINIAK FERNANDES

UMA LACUNA HISTORIOGRÁFICA EM GÊNERO E TRABALHO:  
AS MULHERES DO BRASIL SETECENTISTA NA ECONOMIA -  
MUNDO

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção dos títulos de licenciada e bacharel em História.

|Orientador: Prof. Dr. Tiago Kramer de Oliveira.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fernades, Juliana Panchiniak  
Uma lacuna historiográfica em gênero e trabalho : As  
mulheres do Brasil setecentista na economia-mundo /  
Juliana Panchiniak Fernades ; orientador, Tiago Kramer de  
Oliveira, 2019.  
66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Historiografia. 3. História das mulheres.  
4. História econômica. 5. Brasil colonial. I. de Oliveira,  
Tiago Kramer. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em História. III. Título.



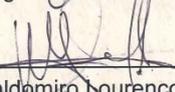
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Graduação em História

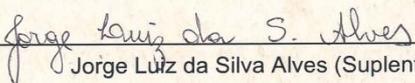
### ATA DE DEFESA DE TCC

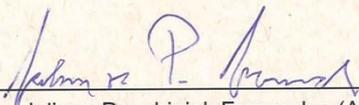
Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 16 horas e 30 minutos, no NEPEMI, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Tiago Kramer de Oliveira (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Waldomiro Lourenço da Silva Jr. (Titular); Jorge Luiz da Silva Alves (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 89/HST/CFH/2019, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Juliana Panchiniak Fernandes, intitulado: **“Uma lacuna historiográfica em gênero e trabalho: as mulheres do Brasil setecentista na economia-mundo”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Tiago Kramer de Oliveira, nota 8,5, Prof. Dr: Waldomiro Lourenço da Silva Jr., nota 8,5, Jorge Luiz da Silva Alves, nota 8,5, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 8,5. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 13 de setembro de 2019

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr: Tiago Kramer de Oliveira (Orientador(a))

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr: Waldomiro Lourenço da Silva Jr. (Titular)

  
\_\_\_\_\_  
Jorge Luiz da Silva Alves (Suplente)

  
\_\_\_\_\_  
Juliana Panchiniak Fernandes (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Juliana Panchiniak Fernandes, matrícula n.º 16250445, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Uma lacuna historiográfica em gênero e trabalho: as mulheres do Brasil setecentista na economia-mundo, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 20 de setembro de 2019.

Assinatura manuscrita em azul de Tiago Kramer de Oliveira.

---

Tiago Kramer de Oliveira

Orientador

Dedico esta pesquisa ao meu pequeno Caetano. Dele veio a força e obstinação.

Por ele e para ele.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, doutor Tiago Kramer de Oliveira, o qual me acompanha há muito tempo e, com toda paciência e dedicação, me ensinou mais do que eu imaginei poder aprender.

Aos e às colegas, parceiros/as de angústias e alegrias.

Aos cuidadores e às cuidadoras do Caetano, sem a ajuda deles/as, eu nunca teria chego aqui.

## **Resumo**

Esta monografia intentou compreender e esclarecer aspectos historiográficos das produções que tematizaram as mulheres e o capitalismo nos escritos sobre o Brasil setecentista. Em um balanço comparativo nos atemos a três campos da História para entendermos as similaridades e diferenças das abordagens da História cultural, social e econômica, desta forma apresentamos diversas obras e artigos que trataram de nosso objeto. Por fim, sugerimos possibilidades metodológicas que prezem pela articulação das categorias *gênero*, *classe* e *raça* na tentativa de respondermos ao nosso problema e sugerirmos futuras elaborações de saberes mais amplos acerca da exploração do trabalho feminino no Brasil colonial do século XVIII e a economia-mundo.

**Palavras-chave:** Brasil setecentista. Mulheres. Trabalho. Economia-mundo. Historiografia.

## **Abstract**

This monography attempted to understand and clarify historiographic aspects of the productions that had thematized women and capitalism in the writings on the Colonial Brazil in the eighteenth century. In a comparative balance, we put ourselves in three fields of History to understand the similarities and differences of the approaches of cultural, social and economic history, in this way we present several works and articles that deal with our object. Finally, we suggest methodological possibilities that prevail by articulating the categories *gender*, *class* and *race* in an attempt to respond to our problem and suggest future elaborations of more extensive knowledge about the exploitation of women's work in colonial Brazil in the 18th century and the world-economy.

**Key-words:** Colonial Brazil. Women. Labour. World-economy. Historiography.

## **Sumário**

Introdução.....	10
Capítulo 1: Mulher (ou gênero) na historiografia sobre o Brasil setecentista.....	15
Capítulo 2: História econômica na historiografia sobre o Brasil setecentista.....	40
Capítulo 3: Articulação de categorias.....	55
Considerações Finais.....	60
Referências Bibliográficas.....	62
Anexo 01.....	67
Anexo 02.....	68

## Introdução

Durante a graduação em História, várias temáticas e abordagens são postas à disposição para ciência, debate e reflexão dos e das graduandas. No curso de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, contamos com a sorte de termos um corpo docente que, cada vez mais, busca apresentar várias linhas norteadoras que, ora se distanciam, ora se aproximam umas das outras.

Foi a partir da percepção das diferenças entre dimensões e abordagens<sup>1</sup> e a forma como os campos e métodos trabalhavam as temáticas *mulher* e *economia* que percebemos o que denominamos de uma *lacuna historiográfica*. Esta ausência na historiografia foi compreendida pela falta de articulação entre categorias analíticas utilizadas pelos campos da História social, econômica e cultural, sendo elas *economia-mundo*<sup>2</sup>, *mulher*, *gênero*<sup>3</sup> e *trabalho*<sup>4</sup>. Desta falta originou-se nossa problemática, a qual levantou os seguintes questionamentos: como a historiografia sobre a América Portuguesa do século XVIII interpretou e expôs as mulheres nesse período? De que forma(s) a história econômica pode contribuir para os estudos de gênero?

Pensando nessas questões, nos perguntamos: as relações de poder entre gêneros não se expressam também entre classe e raça? Não seria o Brasil Colonial do século XVIII mais bem explicado se os estudos sobre as mulheres, o trabalho e o capitalismo

---

<sup>1</sup> Aqui estamos dialogando com José D'Assunção Barros. Na leitura do autor é possível compreendermos que dimensão é o campo da história. Em nossa pesquisa o foco está sobre os campos da História cultural, social e econômica. As abordagens são as metodologias utilizadas para apresentar as histórias a partir de um “domínio”, um enfoque (BARROS, 2004).

<sup>2</sup> Estamos tratando do conceito, criado por Fernand Braudel, em que uma economia-mundo se define, entre outras coisas, como um centro, representado por uma cidade dominante, que faz parte de um todo econômico e que tem zonas periféricas que atuam como agentes sobre este centro, conectando espacialmente as histórias e a economia entre estas zonas e seu centro (BRAUDEL, 1987: 68 – 69).

<sup>3</sup> Não é de interesse para pesquisa adentrar os estudos sobre os rumos que tomaram os estudos de gênero no que diz respeito à prévia utilização da categoria *mulher* e o posterior uso da categoria *gênero*. Não pretendemos levantar uma história dos conceitos, no entanto, ressaltamos que as mesmas serão devidamente explicadas e contextualizadas durante o desenvolvimento desta monografia.

<sup>4</sup> Trabalho como exemplo do que comprova a condição humana dos sujeitos enquanto seres sociais e práticos. O trabalho é a objetivação que garante a condição humana, ou seja, é o que configura a humanidade. Ele é percebido como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas, o resultado da transformação são produtos atribuídos de valor (simbólico ou material). Já a força de trabalho é uma mercadoria, pois “o trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens” (MARX, 1932). O trabalho, como nos coloca Jacob Gorender em prefácio do Livro I d'O Capital, é “o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais” (2013: 48). Contudo, também utilizaremos uma concepção mais ampla, ao mesmo tempo que sintética, considerando trabalho toda atividade física ou intelectual, remunerada ou não, disposta a alterar a natureza de algo. Ao partirmos desta perspectiva acreditamos que considerações acerca do trabalho doméstico serão melhor possibilitadas..

partissem da interseccionalidade<sup>5</sup> ao invés de fecharem-se em campos de forma exclusiva?

Visto que a falta de articulação encontra-se nas variadas abordagens e campos, não é nossa intenção fazer críticas aos campos e métodos, apenas objetivamos entender porque tal lacuna se apresenta, para, então, tentarmos colaborar com possíveis caminhos rumo a uma história mais ampla para o Brasil setecentista.

Nossa justificativa encontra respaldo na crença de que uma abordagem que considere o trabalho feminino nos estudos acerca do capitalismo possa ser mais enriquecedora na compreensão, debate e ensino sobre este sistema. Cremos que, ao mostrarmos como a exploração do trabalho feminino é parte da dinâmica desta economia, uma ampliação aos estudos de gênero e aos de história econômica possa se dar de forma mutuamente benéfica.

Ao considerarmos como possível problema a não alocação da categoria *gênero* fora de suas perspectivas culturais e subjetivas<sup>6</sup>, nos é possibilitado apontar uma lacuna historiográfica – que também podemos determinar como uma falta de articulação entre as categorias analíticas *mulher e trabalho*.

Por fim, gostaríamos de comentar que as mulheres ocupavam e ocupam todos os espaços, o que ainda lhes falta é um pouco mais de espaço na historiografia, pois esta ainda deixa brechas. Tais lacunas são mais amplas e profundas quando se trata da influência do trabalho feminino como agente de uma economia-mundo no Brasil setecentista.

Entendemos o feminismo e suas manifestações como um projeto político de extrema urgência, sendo a História uma aliada fundamental para o desenvolvimento e alcance de seus objetivos. Ao conhecermos melhor sobre a falta de articulação das categorias de análise nas narrativas históricas que tematizaram as mulheres, talvez consigamos nos aproximar de possibilidades metodológicas que superem essa falta, pois cremos que ao articular as categorias, seja possível conhecer melhor a estrutura socioeconômica e cultural em que as mulheres trabalhadoras estão inseridas, assim como suas experiências<sup>7</sup>. Acreditamos que este estudo auxiliará na queda de

---

<sup>5</sup> Sugerimos a leitura de Kimberlé W. Crenshaw (1989: 139 – 167).

<sup>6</sup> Gilmária Salviano Ramos, em um levantamento sobre o uso da categoria *gênero* na História, desde os anos 1990, a apresenta em diversas abordagens que enquadram inúmeras problematizações, no entanto, em nenhuma das elencadas pela autora, a categoria aparece como reflexo de desdobramentos econômicos, apenas como consequências sociais (RAMOS, 2011:110).

<sup>7</sup> Aqui façamos a leitura do que Joan Scott nos fala sobre não termos a “experiência” como “evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim como aquilo que buscamos

preconceitos que ainda se mantêm e também ampliará a percepção sobre as práticas e dinâmicas de um sistema econômico mundial.

Especificamente desejamos pesquisar e mostrar como as obras e artigos, que tenham embasado suas pesquisas nas temáticas *mulher*, *trabalho* e *economia* no Brasil setecentista, expõem seus resultados. Acreditamos que assim poderemos compreender como e por que a historiografia sobre a América Portuguesa do século XVIII interpretou e apresentou as mulheres do período supracitado.

Também desejamos compreender como a historiografia sobre nosso recorte tratou (métodos e conceitos) tais temas e por que as categorias não foram articuladas; saber se é possível gênero ser estudado e explicado para além da história cultural e refletir como os estudos da história econômica podem contribuir para os estudos de gênero no Brasil setecentista.

Com a intenção de desenvolvermos uma pesquisa explicativa em que pudéssemos determinar as causas e efeitos que geram isto que chamamos de *lacuna historiográfica*, optamos por desenvolver os estudos a partir de um balanço comparativo das produções historiográficas que tenham utilizado as categorias *trabalho*, *economia-mundo*, *mulher* ou *gênero* – contato que a ligação seja com uma história das mulheres, ou seja, para pesquisa o foco não se faz sobre outros aspectos dos estudos gêneros, tais como masculinidades, feminilidades e afins, tendo como recorte espacial e temporal o Brasil do século XVIII.

Nossos recortes foram determinados, primeiramente, pelo interesse pessoal que cresceu durante os estudos na graduação e a participação em pesquisas e grupos de estudo, mas para além de nossa simpatia por aproximação, foi também motivo o fato de ter sido nas histórias sobre o Brasil setecentista que percebemos essa lacuna historiográfica a qual nos referimos – não queremos com isso dizer que a lacuna existe ou não em outros recortes, contudo, no século XVIII, ela foi encontrada.

Com uma abordagem quali-quantitativa, buscamos perceber os dados de forma a apresentar em nossos resultados informações sobre períodos de produção, repetição e predominância dos temas, categorias e em quais campos da História eles aparecem inseridos. Para tal objetivo encontramos apoio na elaboração de tabelas, gráficos e

---

explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento”, ainda, nos embasando em Scott, percebemos a “experiência” como interna e externa, subjetiva e objetiva, sendo a interna a “expressão do ser ou da consciência” e a externa e objetiva “o material sobre o qual a consciência age” e que as influências externas aos indivíduos podem ser dadas por condições sociais, instituições, formas de crença ou percepções (SCOTT, 1999: 27 – 30).

questionamentos feitos sobre os dados apresentados naqueles. Para análise qualitativa contamos com o auxílio do método proposto por Michel De Certeau (1982) e nos atentamos ao lugar social, prática e escrita de cada autor/a.

Fundamentamo-nos em algumas autoras, como Joan Scott (1991) e Gisela Bock (1989), para nos auxiliar nas explicações sobre as categorias *mulher* e *gênero* e suas utilizações. Neste caso, o entendimento conceitual dar-se-á pela ideia que nos apresenta Scott: há uma intersecção de gênero com raça e classe, e as desigualdades de poder social são constituídas com base nessas três condições, ou seja, a mulher não pode ser vista apenas pelo aspecto biológico, mas como um constructo social que é impactado por pressões culturais (SCOTT, 1991: 73).

Acessaremos saberes que utilizam e percebem a categoria *gênero* como uma “missão dos historiadores que documentam as vidas daqueles esquecidos e apagados dos relatos sobre o passado” (SCOTT, 1999: 24). Desta forma, pode-se dizer que a elaboração e uso da categoria fazem-se por uma concepção de que há um negligenciamento historiográfico sobre alguns sujeitos históricos. De acordo com Bock, foi a partir da década de 1960 que o movimento feminista (em sua segunda onda no ocidente), pontuando a urgência de reconhecimento e legitimidade de suas demandas, ajudou a recolocar a questão da história das mulheres a partir da ideia que nem só os homens têm história, mas também as mulheres (BOCK, 1989: 159).

Para as categorias *trabalho* e *economia-mundo* nos inspiramos principalmente nas obras de Karl Marx, com maior atenção aos capítulos *A Mercadoria* (2013: 157 – 218) e *O Processo de Trabalho e processo de valorização* (2013: 326 – 352) do Livro I de *O Capital* (MARX, 2013) e ao *Primeiro Manuscrito* dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 1932) – porém também consideraremos perspectivas da economia feminista que abordam questões acerca do trabalho doméstico não remunerado –, e Fernand Braudel (1987; 1995) para as considerações acerca de economia-mundo. Ainda contaremos com as contribuições de autores e autoras que se fundamentaram em Marx e Braudel.

Também foram analisadas algumas produções historiográficas internacionais que utilizaram as categorias *mulher* e *trabalho*, tendo como recorte América colonial.

Por fim, trouxemos a nossa pesquisa autores e autoras que apresentam possibilidades metodológicas para articulação das categorias analíticas.

Ao pensarmos nas interconexões possíveis dos campos e métodos da História, nos aproximamos de respostas sobre as possíveis contribuições que a História econômica pode oferecer aos estudos de gênero.

Embora não haja para nosso recorte autores e autoras que trabalham as categorias que propomos de forma articulada, há, para outros recortes, como podemos ver na obra de Annie McClintock. A historiadora, em seu livro *Couro Imperial*<sup>8</sup> (2010), ao nos contar sobre a colonização e expansão inglesa sobre a África, apresenta motivos e procedimentos metodológicos que possibilitam trabalhar as categorias de forma articulada.

Por último, se nos atentarmos na questão da economia-mundo, podemos nos voltar ao próprio Fernand Braudel, que, embora não estivesse claramente exposto em seus objetivos, ao nos apresentar a atuação das feirantes e peixeiras em *Civilização material, economia e capitalismo* (1985: 11 – 20), nos leva a perceber a participação das mulheres como parte da estrutura econômica que o autor denotava, logo, podemos ler a integração do trabalho feminino no comércio de longa distância, abrangendo os aspectos e participando das dinâmicas de uma economia-mundo.

---

<sup>8</sup> Sugerimos atenção especial ao capítulo *Gênero, raça e classe, categorias articuladas*. Neste capítulo a autora nos elucubra com grande desenvoltura as propostas e possíveis ganhos historiográficos sobre a articulação das categorias (McCLINTOCK, 2010: 19 – 26).

## Capítulo 1: Mulher (ou gênero) na historiografia sobre o Brasil setecentista

Ao tratar as escritas históricas como fontes, utilizaremos a perspectiva de Michel De Certeau sobre a “operação historiográfica” (1982). Para o autor toda obra de história articula *lugar social, prática e escrita*.

Ao buscar informações sobre o lugar social elucidamos de onde fala aquele/a que escreve, como insere-se no campo com o qual dialoga, age sobre e é influenciado por ele. Isto pode explicar o contexto do qual o/a autor/a se utiliza para falar sobre determinado assunto. A prática busca demonstrar que aquele que emite uma informação ou uma ideia, emite de formas diferentes, dependendo de sua função social. Práticas diferentes não, necessariamente, invalidam umas às outras, mas devem ser interpretadas de formas distintas e/ou complementares. Já a escrita demanda diversificadas estruturas de texto de acordo com o público alvo a qual ela se destina, mas esta também depende da prática e do lugar social.

Ainda para nos auxiliar na análise de nossas fontes, no que diz respeito à prática e escrita, contaremos com o que Joan Scott apresenta sobre as perspectivas teóricas<sup>9</sup> que trabalham a categoria *gênero*. Contando ainda com a discussão historiográfica que a autora nos traz, compreendemos sobre o prévio uso da categoria *mulher* e sua alteração para *gênero*. Entender a escolha das categorias nos leva a uma maior compreensão sobre o lugar social dos/as autores/as, suas metodologias e discursos históricos.

Para iniciarmos as elucidações sobre as pesquisas que tematizaram as mulheres do Brasil setecentista, apresentaremos obras, capítulos de livros e alguns artigos científicos. A escolha de nossas fontes baseou-se no recorte espacial e temporal que os/as autores/as utilizaram, assim como o próprio tema, também decidimos pelos/as pesquisadores/as a seguir apresentados/as devido às suas contribuições à historiografia.

Gostaríamos, primeiramente, de trazer as contribuições de Luciano Figueiredo, Sheila S. de Castro Faria, Mary Del Priore e Marilda Santana da Silva. Seguiremos para os

---

<sup>9</sup> De acordo com Scott há três perspectivas nos estudos de gênero. Uma vertente analisa as relações de gênero a partir das noções de patriarcado, constituído pelo domínio dos homens sobre as mulheres, e a relevância da continuidade geracional. Uma segunda perspectiva, de tradição marxista, tenta articular as demandas do feminismo da segunda onda ao materialismo histórico dialético, também partindo de pressupostos de uma leitura da cultura patriarcal somando aspectos da divisão sexual do trabalho. A terceira abordagem configura-se pelas influências dos pós-estruturalistas franceses, dos teóricos da relação-objeto anglo-americanos e a psicanálise, trabalhando suas análises pelas leituras sobre feminino e masculino, sexualidade, identidade e linguagem (SCOTT, 1991: 77 – 79). Embora o texto de Scott seja de 1991, ele se mantém atual no que diz respeito às vertentes e também fundamenta nossa análise pelo fato de muitos de nossos documentos terem sido produzidos no mesmo período que Scott expõe.

capítulos escritos por Emanuel Araújo e Ronald José Raminelli, ambos para o livro *História das mulheres no Brasil* (BASSANEZI e PRIORE: 2015). Por fim discorreremos sobre artigos de João Fragoso, Silvia Maria J. Brügger, Maria Beatriz Nizza da Silva e, novamente, Sheila S. de Castro Faria com seu artigo publicado no ano 2000.

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo é mestre e doutor em História social pela Universidade de São Paulo<sup>10</sup>. A História social, de acordo com Hebe Castro, “enquanto forma de abordagem, prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica” (CASTRO, 1997: 49). Figueiredo obteve seus títulos de mestrado e doutorado entre 1989 e 1996 – momento em que a “nova história cultural” (BURKE, 2005) causava forte influência sobre historiadores/as. No Brasil, a tradição francesa (História das mentalidades) teve grande peso. Segundo Hebe Castro, a História social do Brasil colonial, desenvolvida especialmente na Universidade de São Paulo, privilegiava temas clássicos da chamada História das mentalidades (CASTRO, 1997: 52).

Durante o mestrado, doutorado e estágio de pós-doutorado, Figueiredo foi orientado por Fernando Antônio Novais, o qual atuava e atua nas subáreas de historiografia e economia<sup>11</sup>, o que talvez tenha colaborado na aproximação de Figueiredo com uma abordagem que considera os aspectos econômicos da colônia. Embora, durante o mestrado, Figueiredo tenha se voltado mais às questões de uma história cultural que abordou aspectos sobre a vida familiar em Minas Gerais, durante o doutorado, o historiador voltou-se a questões sobre revoltas, ideias políticas e economia. Ideias, revoltas populares e aspectos econômicos da colônia, são temas que Figueiredo apresenta em diversas de suas pesquisas e publicações<sup>12</sup>.

Nas obras que analisamos, produzidas no final dos anos 1980 e durante os 90, o professor Figueiredo mostra as mulheres mineiras do Brasil setecentista. Ao nos levar para as Minas Gerais com a obra *Avesso da Memória* (1993), o historiador, segundo Laura de Mello e Souza (FIGUEIREDO, 1993: 9 – 14), nos apresenta uma história das mentalidades e do cotidiano mineiro setecentista.

---

<sup>10</sup> Informações extraídas do currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0309531574319383>. Acesso em dezembro de 2018.

<sup>11</sup> Informações extraídas do currículo Lattes de Novais. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0031804541618409>. Acesso em maio de 2019.

<sup>12</sup> Link para o currículo Lattes do autor na nota 10.

A pesquisa e produção escrita, segundo o autor, foram possibilitadas por conta de uma situação em que caminhos foram abertos anteriormente por autores como Eduardo Frieiro e Laura de Mello e Souza (FIGUEIREDO, 1993: 33), assim

(...) abertos esses caminhos, cremos que a história social mineira pode, a partir de então, contribuir ainda mais para o ‘repensar’ de alguns mitos que, não fosse o esforço de alguns, pareceriam insuperáveis. (FIGUEIREDO, 1993: 33)

Figueiredo nos traz diversos detalhes sobre as vidas das trabalhadoras das Minas Gerais, principalmente das vendeiras ambulantes e das comerciantes proprietárias de tabernas, como podemos ver no capítulo *Comércio Feminino e Tensão Social* (1993: 31).

O historiador, ao ter como objeto as mulheres comerciantes, demonstrou a importância da atuação das mulheres no comércio da capitania das Minas Gerais. Figueiredo nos mostra, a partir de minuciosa análise de documentos (devassas eclesiásticas, correspondências oficiais, estatutos, memórias, atas, alforrias, dentre outros) e elaboração de gráficos, que o contingente feminino na administração e propriedade de vendas era maior que o masculino (1993: 54 – 55). Tais vendas, além de suprirem as demandas por mercadorias de consumo básico (1993: 43), também serviam como espaços para interações sociais diversas, como encontros amistosos, contratação e uso de serviços de prostitutas, local para escravos confabularem e arquitetarem fugas ou trocarem mercadorias contrabandeadas (1993: 42 – 44).

Além das histórias sobre as vendeiras, acessamos as histórias das comerciantes ambulantes, “responsáveis pela distribuição de gêneros de consumo ligeiro” (FIGUEIREDO, 1993: 44) que em sua maioria eram escravas ou forras e forneciam um serviço indispensável a quem, durante sua jornada de trabalho, precisava se alimentar (FIGUEIREDO, 1993: 44). Aqui encontramos os elementos raça, classe e gênero.

Esta narrativa, que preza aspectos sociais e o cotidiano, vemos se repetir no livro *Barrocas Famílias* (1997). A obra nos traz uma história que não se fixa em componentes socioeconômicos, mas sim em preceitos de estruturas de poder expressos pelas relações familiares conjugais e extraconjugais. A intenção do autor de quais histórias contar pode ser facilmente

detectada por palavras chaves como: família, vida familiar, Estado português<sup>13</sup>, cotidiano, paixão, amor, atuação feminina e domicílios<sup>14</sup>.

Nessa obra, Figueiredo nos apresenta algumas condições estruturais das realidades do feminino na capitania das Minas Gerais, as quais são percebidas pela cultura da época, contudo, as características econômicas extraídas a partir de situações de trabalho e produção não foram alvo de sua análise.

Esta associação entre história das mulheres e história da família que percebemos em *Barrocas Famílias* de Figueiredo, também vemos no primeiro capítulo de *A Colônia em Movimento* (1998: 39 – 100) de Sheila Siqueira de Castro Faria<sup>15</sup>.

Sua obra, publicada em 1998 pela editora Nova Fronteira, é fruto de sua tese de doutorado, escrita e defendida durante a participação no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Faria, a partir de “relatos de pessoas com suas maneiras de viver, sofrer, trabalhar e morrer” (FARIA, 1998: 17), que viveram na capitania Paraíba do Sul, nos apresenta uma narrativa histórica centrada na sociedade colonial brasileira do século XVIII. Em seu subtítulo, Faria já nos mostra que sua intenção foi trazer a lume uma história do cotidiano daquela gente. A autora, ao analisar fontes diversas como registros paroquiais e processos criminais, testamentos, inventários post-mortem, cartas de sesmarias, correspondências para a Coroa e também a literatura da época (FARIA, 1998: 45), nos explica sobre os conflitos e mentalidades daquele período.

A História da família, definida como campo no Brasil a partir da década de 1980, orquestrou-se como uma soma de pesquisas em demografia histórica – influenciadas por técnicas francesas de reconstituição de famílias e pelas análises de *household* – e os estudos de sociólogos e antropólogos sobre o tema. “Seguindo de perto as tendências mais gerais da História social pós anos 70, a História da família se constitui no Brasil tentando responder aos impasses encontrados em ambas as abordagens” (CASTRO, 1997: 50).

É no diálogo da História social com a Antropologia e a Sociologia, que Faria norteou sua pesquisa e aprofundou seus estudos acerca dos aspectos da estrutura familiar. Sua justificativa se calcou no entendimento que é a partir da família que “todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem” (FARIA, 1998: 21).

---

<sup>13</sup> Sugerimos a leitura do Capítulo 1 onde tais conceitos são trabalhados e desenvolvidos pelo autor.

<sup>14</sup> Figueiredo, nos capítulos 3 e 4, direciona-se para questões que podem ser exploradas a partir da subjetividade de seus objetos, tal forma de perceber a história nos aponta os caminhos que os estudos sobre as mulheres percorriam no final dos anos 1990 no Brasil.

<sup>15</sup> Professora titular em História do Brasil e aposentada pela Universidade Federal Fluminense, Faria trabalhou temas como: alforria, história da família, cultura material, história do cotidiano e cafeicultura. Por muitos anos a historiadora e docente ministrou disciplinas de História econômica e social do Brasil e História da cultura e mentalidades do Brasil Colonial. Informações extraídas do currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8266246924327353>. Acesso em abril de 2019.

Embora não utilize *mulheres* como uma categoria de análise, em seu primeiro capítulo a autora expõe características da cultura patriarcal da época, desmistificando “o patriarcalismo, a família extensa e a mulher enclausurada como padrões predominantes em alguns lugares do Brasil” (FARIA, 1998: 47). Ao apontar a cultura patriarcal e destacar que ela não era hegemônica, afinal ela não se reproduzia de mesma forma em todos os espaços da colônia e nem tinha a mesma abrangência para todas as famílias, pois classes sociais distintas organizavam a família de formas diversas, e alocar esta cultura como parte estruturante da economia colonial, Faria nos leva a questões que envolviam mulheres livres, forras e escravas, brancas, pardas e negras, ricas e pobres, o que comprova que a condição de gênero não pode ser tomada de forma totalizante na construção de narrativas históricas, pois outras condições inerentes aos indivíduos se somam e apresentam resultados diferentes.

Para a autora, a formação de uma família não se atinha a paradigmas morais e legais da mesma forma para todos e todas (FARIA, 1998: 67), tal constatação pode ser percebida quando a historiadora escreve sobre as motivações e meios para se obter o matrimônio entre classes sociais díspares. Segundo Faria, para as camadas mais baixas, “além do costume e da moral, estabelecer uma família, de preferência com casamento legal, em zonas agrárias do Brasil escravista, era fundamental para economia e estabilidade de uma unidade doméstica” (1998: 67), uma das vantagens percebida pelo matrimônio se expressava no uso da futura mão-de-obra dos/as filhos/as, (1998: 53), essa forma de perceber os/as filhos/as e o casamento não aparecia em famílias da classe proprietária, pois essas entendiam a continuidade geracional como possibilidades estratégicas para formação de alianças variadas (1998: 51).

Foi a partir dos estudos sobre as famílias mais pobres que Faria conseguiu mostrar que a cultura patriarcal alcançava limites, os quais antes não eram compreendidos pelos estudos mais tradicionais (1998: 47). A autora demonstrou que “mulheres presidiam unidades domésticas e tinham certa liberdade de movimento no espaço público geralmente reservado aos homens” (1998: 47). Faria apresentou uma pluralidade de modelos familiares e de atitudes femininas e os descreveu pelas diversidades de padrões e comportamentos entre as camadas mais humildes e as mais abastadas, comprovando que “a população pobre agia, reagia e possuía regras de condutas próprias” (1998: 48), o que aponta crítica a entendimentos consagrados sobre a sociedade brasileira, compreensões que tendiam a explicar o caráter do brasileiro a partir das casas-grandes dos engenhos, análise expressa, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre (FARIA, 1998: 47).

Mary Del Priore<sup>16</sup> é outra historiadora que também colabora ao nos apresentar como a categoria *mulher*, nas histórias sobre o Brasil setecentista, é trabalhada. Priore, assim como Figueiredo, doutorou-se em História social pela Universidade de São Paulo durante os anos 1990, desta forma, durante sua pesquisa e produção escrita, a historiadora vivenciava o momento em que a História cultural, de tradição francesa, exercia forte influência no Brasil. Priore inseriu-se no campo de forma a trabalhar questões do cotidiano, da sexualidade, dos modos e costumes determinados por preceitos morais, os quais determinavam e exigiam especificidades que são traduzidas como condição feminina.

No artigo *Brasil colonial: um caso de família no feminino plural* (PRIORE, 1994: 69 – 75) é explorado a função que a mãe, ao educar os filhos “cristãmente e cuidar com diligência da casa”, tem em uma estrutura familiar que se integra ao processo de formação do capitalismo na Idade Moderna (1994: 71). Podemos ver as mulheres como mães inseridas em um sistema econômico, porém, não apreendemos sobre como a exploração da mão-de-obra destas mulheres, na esfera privada, manifesta-se na economia, percebemos somente como ela corresponde às exigências da cultura da época.

A pesquisadora nos aponta questões vinculadas ao íntimo, ao cotidiano, à maternidade e à violência de gênero. Esse trabalho de Priore contribui para entendermos a família na sociedade colonial, as medidas punitivas da Igreja metropolitana e “seu maior alvo: a mulher (1994: 71), afinal “a igreja entendia que confinada a casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher, e sobretudo a mãe, poderia fazer o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar” (1994: 71).

*Igreja, mulher, mãe, privacidade*, são significantes que nos remetem a uma história sobre as funções e espaços ocupados e exigidos das mulheres enquanto seres sociais limitados a casa.

Neste texto de Priore não vemos sobre a exploração do trabalho feminino na economia. Não parte do interesse da pesquisadora essas questões, o que ela decide nos mostrar é a violência (do Estado, da Igreja e da sociedade) provinda de um discurso que determinava condutas sobre mulheres brancas e cristãs a partir de suas casas e as mulheres escravas e seus/as filhos/as ilegítimos/as originados/as por relações sexuais (consentidas ou não) com seus senhores. Ainda assim, a pesquisadora nos mostra uma história dos séculos XVII e XVIII no Brasil, contribuindo

---

<sup>16</sup> Mary Lucy Murray Del Priore é doutora em história social pela Universidade de São Paulo com especialização e pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, cursados durante os anos 1990. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira e desenvolve a pesquisa intitulada "Cultura, mentalidade e vida social no Rio de Janeiro do século XIX". Tem pesquisas na área de história colonial, história da cultura, história de gênero. Informações extraídas do currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2135122024867878>. Acesso em abril de 2019.

aos nossos estudos sobre mulheres do Brasil Colonial e sobre a falta da articulação entre as categorias escolhidas para nossa pesquisa.

Outro trabalho da historiadora que devemos adentrar é o capítulo *Magia e Medicina na Colônia* (PRIORE, 2015: 78 – 114), escrito para o livro *História das mulheres no Brasil* (2015). Segundo a historiadora, a medicina dos fins do século XVIII unia ciência e fé católica para conceituar as mulheres, as quais, segundo a autora, “não se diferenciavam do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e características morais” (2015: 79). Entendendo a natureza das mulheres expressada a partir de seus corpos que se constituíam como uma disputa entre o céu e o inferno (2015: 78), a medicina da época se respaldava neste imaginário elaborado pela igreja para orientar e construir seus saberes (2015: 78).

Embora tenha havido tentativas de avanço científico, a historiadora explica que as mesmas foram barradas pela influência da Inquisição e da Coroa (2015: 79 – 80) e as consequências chegavam também ao Brasil, pois “carente de profissionais, desprovido de cirurgiões, pobre de boticas e boticários, Portugal naufragava em obscurantismo, e levava a colônia junto” (2015: 80) e, desta forma, o corpo feminino continuou sendo entendido como resposta de ações diabólicas (2015: 80) e as mulheres, que lutavam contra os limites impostos pela medicina dos homens e da igreja, eram perseguidas (2015: 81).

O trabalho das curandeiras e benzedoras foi, para Priore, uma alternativa das mulheres para a falta de médicos e cirurgiões e, embora o trabalho daquelas ainda se fizesse sobre as crenças acerca da “origem sobrenatural da doença” e a ação de “entidades malévolas” (2015: 81) sobre o corpo feminino, aquelas mulheres eram responsáveis pela transmissão de saberes e sobrevivência dos costumes e tradições femininas (2015: 81). Contudo, tais práticas que incorporavam orações, ervas e adivinhações, eram malvistas pela igreja, a qual passou a perseguir as curandeiras e benzedoras com a instauração de processos-crimes por feitiçaria, como, por exemplo, o processo movido no século XVIII contra a escrava Maria, caso que, segundo a autora, “esclarece bem a situação vivenciada por tantas mulheres na época” (2015: 81).

Além de entendermos sobre a visão do corpo feminino pela Igreja e ciência médica, com Priore podemos ver o trabalho das curandeiras e benzedoras que supriam a falta de médicos, mas também ultrapassavam a limitação do conhecimento médico do período colonial, o qual se focava somente na função reprodutiva do corpo feminino (2015: 82).

Analisando tratados, manuais e receituários, a historiadora conseguiu expor “o enorme interesse pelo útero e a obsessão em compreendê-lo” (2015: 82) da medicina exercida por homens da época e, assim, percebemos uma dicotomia, ao tempo em que o corpo feminino é reduzido a ações diabólicas e à função reprodutora, sendo a medicina a perpetuadora de juízos misóginos, ele

também, pelos usos da cultura popular e feminina transmitida pelas curandeiras e benzedeadas, era um ponto de subversão, pois “desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais” (PRIORE, 2015: 88).

Este trabalho de Priore mostra aos leitores e leitoras os entendimentos sobre o corpo feminino no Brasil colonial e vai além. Ele nos esclarece como as mulheres encontraram na magia e feitiçaria práticas de resistência e sobrevivência. Resistência por desafiarem a coerção e punição da Igreja, sobrevivência por encontrarem nesses saberes populares as soluções para falta de médicos. Também podemos compreender melhor o protagonismo de algumas mulheres, como as benzedeadas e curandeiras.

Outra pesquisadora que nos auxiliou com sua obra foi Marilda Santana da Silva<sup>17</sup>. Seu livro *Dignidade e transgressão*(2001), inspirado em boa parte por sua dissertação de mestrado, nos apresenta uma história entre as mulheres e o tribunal eclesiástico na capitania de Minas Gerais.

Silva foi orientada pela historiadora Leila Mezan Algranti, a qual, em 1992, orientada por Fernando Antônio Novais, apresentou a sua tese de doutorado. Publicada posteriormente publicada como o livro *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia* (ALGRANTI, 1993), a obra trata da reclusão feminina em instituições religiosas e os entendimentos socioculturais que apontavam uma condição feminina e as exigências sobre mulheres que “de certa forma, não atendiam as expectativas da sociedade, mas também de outras mulheres como órfãs, viúvas e aquelas cujos maridos estavam ausentes” (1993: 7). Silva, ainda como bolsista de iniciação científica durante a graduação, já pesquisava sobre a atuação da igreja católica e as mulheres em Minas Gerais, o que, talvez tenha colaborado nas suas escolhas por tema e orientadora para o mestrado.

Analisando os livros do juízo eclesiástico, a autora expôs as “condições, limites e perspectivas do trabalho pastoral, reavaliando os estudos que trataram da condição feminina na colônia (SILVA, 2001: 73). Segundo Silva, foi possível compreender a multiplicidade dos papéis femininos a partir do envolvimento com o tribunal eclesiástico (2001: 73). A historiadora, em sua pesquisa, conseguiu comprovar que as mulheres eram mais autoras do que réis (SILVA, 2001: 74 – 76) o que, para a historiadora, deve ser entendido como reflexo de uma prática de resistência à dominação masculina (SILVA, 2001: 77).

Contudo, Silva também nos lembra sobre as diferenças punitivas entre homens e mulheres de acordo com premissas de discursos normativos e relações de gênero (2001:

---

<sup>17</sup> Silva é doutora em história e professora da Universidade Federal do Ceará. Sua linha de pesquisa é Brasil Colonial e seus temas mais desenvolvidos são a administração e atuação política nas capitâneas do norte, principalmente Ceará. Informações extraídas do currículo Lattes da autora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8216348117692011>. Acesso em: fevereiro de 2019.

94) e, ainda, “com a qualidade dos delitos e das pessoas” (2001: 96), sendo as mulheres vítimas de punições mais severas que as destinadas aos homens.

Aos nos apontar as diferenças entre gêneros apoiadas pela igreja católica e seu tribunal eclesiástico, Silva faz uma importante ressalva e nos diz que

Não se pode falar de uma situação de gênero sem se considerar as interferências exercidas pelos atributos associados à condição econômica e ao status social (...).

(...) No entanto, para isso faz-se necessário considerar a condição legal dessas mulheres (escravas ou livres), a condição social (ricas ou pobres) e a etnia (negras, mulatas ou brancas) na busca de normas sociais que regiam as condutas femininas dos diferentes grupos no plano religioso e moral. (2001: 76)

Com esta passagem fica claro que a autora não apreende a condição feminina nem o universo feminino como algo homogêneo que apresente as mesmas respostas a todas as mulheres. Silva nos mostra que entre os pedidos e sentenças havia diferenças entre mulheres da elite e mulheres humildes, sendo o primeiro grupo aquele que mais apareceu na autoria de pedidos de divórcio (2001: 111).

Também utilizando Minas Gerais como recorte espacial, Silvia Maria J. Brugger<sup>18</sup>, em *Minas Patriarcal: Sociedade e Família* (2007), nos apresenta uma história da capitania nos setecentos, trabalhando noções sobre patriarcado e relações familiares e apresentando as relações de gênero na época.

Embasando-se em Gilberto Freyre e Ronaldo Vainfas para o uso da noção de patriarcalismo (BRUGGER, 2007:19), a historiadora diz que o termo encontra-se no Brasil relacionado diretamente ao domínio masculino sobre a família, podendo se manifestar sobre o espaço doméstico (envolvendo não somente parentes consanguíneos, mas também escravos/as e agregados/as) e na esfera política (2007: 47).

A autora anuncia que não há motivos que não comprovem a existência, também em Minas, do patriarcalismo, pois, para Brugger, está comprovada a importância das relações familiares na constituição das alianças e das “amizades desiguais” (2007: 62). Assim como Faria – orientadora de Brugger durante o doutorado e autora do prefácio da obra aqui comentada –, Brugger partiu de uma perspectiva que interpreta as estruturas familiares como fundamentais na construção da economia colonial. Ler o Brasil colonial

---

<sup>18</sup> Brugger é historiadora e professora do departamento de História da Universidade Federal de São João Del - Rei e sua ênfase é em História do Brasil com o foco de suas pesquisas sobre família, patriarcalismo e Minas Gerais. Informações extraídas do currículo Lattes da autora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1063769816210251>. Acesso em: fevereiro de 2019.

pelo estudo de famílias estruturadas pelo patriarcado e que também são agentes da economia colonial, nos possibilita perceber uma das possíveis abordagens que tematizam as mulheres do Brasil setecentista.

Também abordando uma história das mulheres a partir de dinâmicas familiares e a moralidade colonial, Emanuel Oliveira de Araújo, historiador que era também editor e tradutor<sup>19</sup>, em *A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia* (2015: 45 – 77), nos traz uma história sobre a sexualidade feminina no Brasil colonial. Focado em jovens e mulheres adultas casadas, o autor nos conta sobre o “adestramento da sexualidade” (2015: 49) que se dava pelas figuras do pai, marido, Estado e Igreja (2015: 45).

Ao falar sobre a sexualidade feminina e sua repressão, Araújo nos expõe sobre as relações de gênero, atravessadas por um discurso de poder, que encontrava forças em uma cultura misógina com o apoio de uma rede que ia do “pai, ao marido, tios, irmãos, tutores à coerção informal” (2015: 45). “O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, portanto cabia a ele exercer a autoridade.” (2015: 45 – 46).

Tirando suas personagens de uma posição passiva, Araújo nos leva ao que podemos chamar de “formas de resistência”, mas não sem antes dizer que a maioria destas personagens “pareciam aceitar passivamente a subordinação aos valores misóginos e, sobretudo, as determinações da Igreja” (2015: 53). Para entendermos sobre as resistências nos atentamos às histórias sobre a desobediência aos costumes e condutas tidas como ideais para a “mocinha virgem à senhora casada” (2015: 45), à mulher deixando-se levar por seus desejos e entregando-se à luxúria desmedida e sacrílega (2015: 49), chegando à bruxaria e feitiçaria, pois as feitiçeras, essas “mulheres teimosas, manipulavam anseios, reforçavam crenças, aguçavam ardores” (2015: 48), assim como também elas mesmas se entregavam à luxúria ao se darem ao “Diabo em cúpulas fantásticas” (2015: 48). Também foi qualificado como formas de resistência o homossexualismo e amizade entre mulheres (2015: 65 - 66).

“O adestramento da sexualidade pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, além de uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos” (ARAÚJO, 2015: 49). Com esta passagem fica mais claro de quem Araújo fala, ou seja, de mulheres inseridas em uma família estruturada patriarcalmente e com acesso à educação formal (2015: 50). Sendo assim, aqui encontramos um recorte determinante de seu objeto. Tal maneira de analisar e apresentar as histórias que se utilizam da categoria *mulher* pode incorrer em erros

---

<sup>19</sup> Informações extraídas do site Wikipedia, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Emanuel\\_Ara%C3%BAjo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Emanuel_Ara%C3%BAjo). Acesso em: novembro de 2018.

generalizantes, o que, mais uma vez, nos mostra a necessidade de articular as categorias, pois as histórias não se bastam somente pela condição de gênero.

O professor nos auxilia com seu capítulo no livro organizado por Priore e Bassanezzi, pois conseguimos compreender melhor sobre as contribuições do Estado na manutenção e perpetuação de uma cultura misógina, já que, através da legislação vigente da época, a maridos traídos era permitido, pela lei, o assassinato de suas respectivas esposas infiéis (ARAÚJO, 2015: 59 – 60), não havendo o mesmo direito caso a situação fosse inversa. Vemos também o papel que a igreja católica teve na repressão das mulheres e na determinação de condutas, e as diferenças de poderes e limites entre homens e mulheres. Também colabora com nossa pesquisa ao nos mostrar umas das formas como se escreve e se divulga, ainda nos dias presentes, parte da história das mulheres do Brasil Colonial.

Ainda sobre educação feminina e a que ela se destinava, temos o texto *Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial* (1977) de Maria Beatriz N. Silva<sup>20</sup>. O artigo apresenta um estudo comparativo entre educação masculina e a educação feminina no Brasil colonial (1977: 149).

Silva escreveu seu texto quando a categoria *mulher*, costumeiramente, ainda era analisada por um viés em que se apontavam dicotomias entre uma história dos homens e história das mulheres, um período anterior à busca da legitimidade acadêmica que determinou a substituição de *mulher* para *gênero* (SCOTT, 1995: 75), no qual grande parte das análises ainda não rejeitava a ideia de esferas separadas, o que sustentava uma forma de estudo sobre as mulheres de maneira isolada perpetuando o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com outro sexo (SCOTT, 1995, 75).

Analisando os estatutos dos colégios, a autora inicia seu texto expondo as diferenças para o ingresso e permanência na instituição entre educandas ricas e pobres, o mesmo faz para o caso de educandos (1977: 150 – 151), portanto podemos perceber em sua escrita que a questão socioeconômica é pontuada e posta como um divisor, o que nos leva a dizer que não foi intenção de Silva escrever uma história que desatrelasse

---

<sup>20</sup> Maria Beatriz N. Silva graduou-se no ano de 1961 pela Universidade de Lisboa, porém, sua tese de doutorado foi desenvolvida e defendida na Universidade de São Paulo, em 1967. Atualmente a historiadora é docente na Universidade de São Paulo e trabalha com história do Brasil. Informações extraídas do currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5549449992161341>. Acesso em julho de 2019.

classe de gênero, pois lemos que personagens de mesmo sexo<sup>21</sup> habitam realidades diferentes resultantes de sua classe social.

Segundo a autora, a educação feminina colonial, durante o século XVIII, se prezou a formar as jovens para desempenharem duas funções primordiais: guardiãs da economia doméstica e mentoras dos filhos (1977: 152). Esta educação se dava em um ambiente fechado que as mantinha em clausura “numa pequena sociedade de pessoas de seu sexo.” (1977: 153).

Já a educação voltada aos garotos centrava-se em instruí-los para um ofício (SILVA, 1977: 158), e, assim como as garotas, os garotos aprendiam a ler e escrever, contudo isso acontecia em etapa anterior do currículo. A eles também era ensinado a Gramática Latina, o Canto (SILVA, 1977: 159 - 160), a Retórica, a História, Geografia, Filosofia Natural, Racional e Lógica (SILVA, 1977: 161 - 164), destas últimas disciplinas não consta, nos estatutos e currículos que a autora analisou, a dedicação do ensino às meninas, portanto eram exclusivas da educação masculina.

As diferenças educacionais entre garotos e garotas embasavam-se na crença sobre o lugar que as mulheres deveriam ocupar e nas limitações de uma condição feminina (SILVA, 1977: 158, 159 e 164), a qual, acreditava-se, deveria ser estruturada na aprendizagem da “arte de prender a seus maridos, e a seus filhos, como por um encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige, nem a cadeia que os prende” (SILVA, 1977: 159).

Em seu desfecho, além da comparação entre educação feminina e masculina, a autora aponta outra que está nas diferenças da educação entre metrópole e colônia. Segundo a historiadora, na metrópole, ao menos para a aristocracia, não havia grandes diferenças entre a educação feminina e a masculina (1977: 164), e, ao trazer a atenção para a colônia, Silva pontua que “tudo se passa como se a situação colonial agravasse ainda mais a situação da mulher” (1977: 164).

Voltando ao livro *História das Mulheres no Brasil* (2015) para esclarecimentos sobre como as mulheres indígenas podem ser apresentadas na historiografia, nos atentamos ao capítulo de Ronald José Raminelli<sup>22</sup>. Em *Eva Tupinambá* (2015: 11 – 43), o historiador trabalha com um

---

<sup>21</sup> Silva escreve sem pontuar sobre construções de identidade, o gênero está posto de forma biológica, não cultural e subjetiva, portanto ao falarmos que a autora pontua que há diferenças entre ricas e pobres, nos atemos somente a elas como garotas, sem problematizar se o entendimento de suas identidades atravessava questões culturais que iam além do sexo biológico.

<sup>22</sup> Em 1994 Raminelli obteve seu título de doutor em História social pela Universidade de São Paulo. Realizou estágio pós-doutoral na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - Paris (2002 – 2003) e na Unicamp

recorte anterior ao de nossa pesquisa, porém, por escrever sobre “as descrições da mulher índia” (RAMINELLI, 2015: 12) no Brasil colonial, faz-se necessário que o abordemos, ademais, em breve passagem, o autor comenta sobre o que escreveu Antônio de Santa Maria Jaboatão, já no século XVIII, a respeito de uma indígena idosa (2015: 39). Seu recorte vai do século XVI ao XVII – portanto não tão distante do nosso, além disso, espacialmente nos localizamos no mesmo objeto, e, por fim, temos a categoria *mulher* e uma visão de como *etnia* foi trabalhada<sup>23</sup>.

O professor abordou em seu texto aspectos do cotidiano ameríndio a partir das narrativas dos colonizadores (RAMINELLI, 2015: 12), desta forma vemos uma história das mulheres escrita pelo olhar do outro, este sendo traduzido em relatos de viagem (2015: 11), alegorias em gravuras (2015: 29), crônicas (2015: 27) e histórias propagadas por missionários (2015: 26). A preocupação do autor transcreve-se em explicações sobre os aspectos culturais dos tupinambás com foco nas mulheres.

Os interesses de Raminelli se ocuparam em explorar as dinâmicas familiares (2015: 18) dos Tupinambás, assim como determinantes de maturidade sexual e sexualidade, como podemos ver nos subtítulos *De menina a Mulher* (2015: 16), *Classes de Idade* (2015: 20) e *Sexualidade Indígena* (2015: 25). Por fim, o professor se volta a explorar as histórias sobre cerimônias e rituais daquela comunidade.

O que acessamos neste texto é a cultura tupinambá descrita pelos julgamentos de culturas externas. Vemos a expressão de uma representação do feminino indígena carregada de “influências da tradição religiosa ocidental” (RAMINELLI, 2015: 12) e da “teoria da degeneração” (RAMINELLI, 2015: 42), ou seja, compreendermos mais sobre europeus do que sobre as mulheres indígenas brasileiras.

Ao intentarmos aprofundar a pesquisa em abordagens que adentraram questões de gênero e raça, nos aproximamos dos textos do professor João Fragoso<sup>24</sup> e retornamos a Sheila Siqueira de Castro Faria.

---

(2011 – 2012). Sua experiência é na área de História Moderna com ênfase em História do Brasil e da América. Informações extraídas do currículo Lattes do autor. Disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/4825842916850534>. Acesso em: novembro de 2018.

<sup>23</sup> Nesta pesquisa um dos objetivos é apresentar possibilidades metodológicas para articulação das categorias *gênero*, *classe* e *raça*, contudo admitimos que nosso foco se faz sobre a exploração do trabalho feminino na economia-mundo, sendo assim, demos maior atenção ao trabalho feminino, sendo este escravo ou livre, remunerado ou não. Porém, gostaríamos de observar que cada vez mais aparecem demandas de pesquisadores/as para que *etnia*, assim como *geração*, sejam inclusas nas análises que prezem as três condições sociais supracitadas.

<sup>24</sup> Fragoso graduou-se em História social pela UFRJ em 1979, é mestre em História social com ênfase em História agrária do Brasil desde 1982 e doutor em História social pela Universidade Federal Fluminense desde 1990. Tem experiência na área de História Moderna, com ênfase em História do Brasil Colonial, atuando, principalmente, nos seguintes temas: império português, escravidão americana, Antigo Regime e elites econômicas e

Fragoso, durante suas pesquisas para mestrado e doutorado, foi orientado por Maria Yedda Leite Linhares – historiadora que, durante a ditadura militar no Brasil, foi severamente perseguida e aposentada compulsoriamente<sup>25</sup>, e pesquisou, entre diversos temas, a História agrária do Brasil. A aproximação entre orientando e orientadora se denota nas temáticas de interesse de Fragoso, as quais foram apresentadas nas pesquisas desenvolvidas durante sua pós-graduação, pois o historiador pesquisou sobre os sistemas agrários em Paraíba do Sul e os comerciantes e fazendeiros no Rio de Janeiro<sup>26</sup>.

Em seu texto *Efigênia Angola* (FRAGOSO, 2010: 74 – 106), trabalho que discute sobre mulheres forras, João Fragoso nos apresenta, a partir de fontes paroquiais e pelas abordagens da História social (2010: 74-75), um artigo que, ao se utilizar de uma metodologia embasada na microanálise e técnicas seriais (2010: 75 - 76), explora “traços das estratégias de certos escravos pardos e, depois forros, nas freguesias rurais do Rio de Janeiro” (2010: 76).

O autor também objetivou levantar “hipóteses sobre o sistema de casamento da nobreza principal da terra e o controle sobre as terras da capitania” (2010: 76), para, desta forma, compreender estratégias da elite e as estratégias de pardos e assim expor a paisagem social e econômica das freguesias rurais do Rio de Janeiro (2010: 76). Fragoso também propõe uma metodologia para os estudos sobre o Brasil colonial, a qual, segundo o autor, pode representar uma revolução na pesquisa histórica do Brasil (2010: 101).

A relevância deste estudo de Fragoso para nossa pesquisa encontra-se no fato de que, ao se utilizar da microanálise para apresentar aspectos sociais da capitania do Rio de Janeiro, o autor nos traz as histórias de algumas mulheres. No entanto, a história das mulheres que Fragoso nos conta em seu artigo está calcada no desejo de expor como as relações familiares constituíam parte da linguagem das estruturas (2010: 82) das aldeias coloniais (2010: 78), portanto o que apreendemos de seu texto é a associação da história das mulheres com família.

Por fim, retornando a Faria, temos o texto *Mulheres forras* (2000: 65 – 92), no qual a historiadora nos apresenta uma perspectiva que desassocia as mulheres forras da pobreza (2000:

---

sociais. Informações extraídas do currículo Lattes do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4712468517408225>. Acesso em dezembro de 2018.

<sup>25</sup>Informações extraídas da página do CNPq. Disponível em: [http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/1143910](http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1143910). Acesso em julho de 2019.

<sup>26</sup>Informações extraídas do currículo Lattes do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4712468517408225>. Acesso em dezembro de 2018.

70), mostrando que estas personagens, a partir de acordos pré-nupciais e testamentos (2000: 69) confirmavam a existência de bens e que os mesmos eram frutos de seu próprio trabalho, “conforme declarado em inúmeros testamentos de forras existentes para vários lugares do Brasil escravista” (2000: 69).

Outra questão que se destaca neste trabalho de Faria é que o maior número de alforrias no Rio de Janeiro, entre 1749 e 1756, e em São João Del Rey, entre 1774 e 1806, era destinado às escravas (2000: 70), então, logo no início de seu artigo, já podemos detectar que questões econômicas relacionadas ao trabalho feminino escravo são postas como relevantes para a história, assim como a própria condição de gênero, pois, se considerarmos que 72% das alforrias no Rio de Janeiro foram cedidas às mulheres e que na Bahia o número de alforrias para escravas era o dobro de para escravos (2000: 70), podemos questionar os motivos para essa diferença entre sexos. Segundo a autora, o presumido é que esta diferença se dava porque as escravas “detiveram mais recursos que os homens para se libertarem do cativo” (2000: 71), afinal aquelas mulheres também desempenhavam outras funções como: prostitutas, amas-de-leite, pequenos comércios, entre outras (2000: 71), o que facilitou o acúmulo de dinheiro necessário para compra da liberdade. Portanto, vemos o trabalho ganhar relevância para história daquelas mulheres que almejavam o fim do cativo. Esses recursos, além de serem facilitados pela soma de funções, eram também de mais fácil acúmulo dado o fato de que o valor de compra da escrava era menor que o valor de compra do escravo. Também colaborava para compra de seus títulos de alforria o grau de afetividade estabelecido com seus senhores (2000: 71) e aqui está a condição de gênero supracitada.

A autora também adentra na questão étnica ao falar sobre as diferenças do direito concedido gratuitamente e o pago, pontuando que as escravas africanas, majoritariamente, tiveram que pagar pela sua alforria, enquanto a porcentagem de alforrias gratuitas era maior para as escravas afrodescendentes (2000: 73).

Este artigo de Faria, ao mostrar detalhes da vida das escravas alforriadas, nos apresenta como as condições sociais de gênero, classe e raça são intrínsecas. Podemos perceber que uma análise somente sobre uma das três condições não se sustenta, pois, por exemplo, vemos as diferenças entre as trabalhadoras brancas e negras, com o primeiro grupo se distanciando do segundo apoiado em preconceito cultural e racial (2000: 79). Ao entenderem o comércio de rua como trabalho de “negra” (FARIA, 2000:76), as trabalhadoras brancas se afastaram dessa atividade (2000: 76), mesmo ao se perceberem como sendo da mesma classe social. Levando a questão para análise da classe social, ao nos contar que entre as mulheres havia proprietárias de escravas e que estas senhoras exploravam a mão-de-obra de suas trabalhadoras, novamente constatamos que a condição feminina não deve ser percebida de forma exclusiva para apresentar realidades das

mulheres de forma coletiva, afinal, ao vermos mulheres explorando o trabalho de outras mulheres, podemos afirmar que há um poder sendo exercido e este provém de pessoas do mesmo gênero.

Na leitura sobre as implicações de classe e gênero, ao nos elucidar sobre as possibilidades que levavam as mulheres a serem as maiores beneficiadas na concessão de alforrias, podemos ver que os afetos entre senhores e escravas foram fundamentais para elevar o número do direito, além disto, na questão de gênero, a divisão sexual do trabalho fez com que os escravos fossem mantidos no cativeiro por mais tempo, pois o valor de compra e venda, que era maior, dificultava aos homens economizar a quantia necessária para a compra de sua alforria, pois a mão-de-obra masculina era mais requisitada.

Faria nos narra sobre as alforriadas do Brasil colonial relatando a história destas mulheres de forma a confluir as condições sociais gênero, classe e raça. Porém, as categorias perceptíveis são *mulher, mulheres forras, trabalho, escravidão, e colônia*, não nos possibilitando afirmar que estava em seu intento analisar suas fontes de forma a articular as categorias *gênero, classe e raça*.

A história que a autora deseja contar torna-se clara quando ela critica as falhas historiográficas que menosprezaram as mulheres livres *de cor* (FARIA, 2000: 83). É sobre este grupo que a pesquisadora explora nos documentos e expõem em resultados.

Analisamos obras e artigos que englobaram um período de quase quarenta anos sendo que, dentro deste tempo, houve a mudança de história das mulheres para estudos de gênero, o que nos possibilitou uma visão mais ampla sobre a historiografia. Contudo, embora tenha havido a alteração de *mulheres* para *gênero*, o que podemos perceber é que as personagens femininas e a escrita de suas histórias não se alteraram de maneira significativa.

Constatamos, como pode ser observado na tabela 01 e no gráfico 01, que as perspectivas que preponderaram nos 12 trabalhos analisados (ver anexo 01) foram as relacionadas à família e suas dinâmicas, seguidas por questões que colocam como condição feminina o domínio moral da Igreja. Também pudemos apurar, conforme descrito na tabela 02, que o predomínio desta associação da história das mulheres (ou das relações de gênero) com família encontra-se durante todo o período de produção analisada, exceto pelo texto de Maria Beatriz Nizza da Silva.

Tabela 01 – Temas na história das mulheres

Temas	Quantidade de trabalhos que apresentam os temas
Família/Vida doméstica	9
Cotidiano	5
Igreja católica	7
Patriarcado	3
Educação	2
Mentalidade/Cultura	6
Sexualidade	3
Raça	6
Etnia	4
Trabalho/Classe	6
Economia colonial	3
Economia-mundo/ Capitalismo	0

Fontes: ver anexo 01.

Gráfico 01 - Percentual dos temas apresentados nos trabalhos analisados

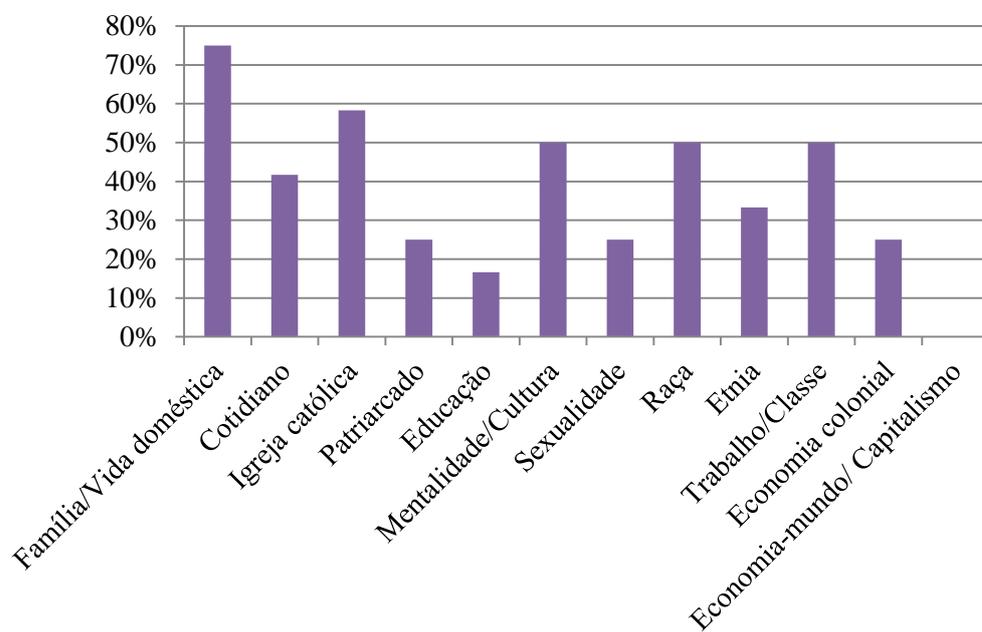


Tabela 02 – Períodos

Temas	Período de publicações
Família/Vida doméstica	1993 a 2015
Cotidiano	1993 a 2015
Igreja católica	1994 a 2015
Patriarcado	2001 e 2007
Educação	1977 e 2015
Mentalidade/Cultura	1993 a 2001
Raça	1993 a 2015
Etnia	2000 e 2015
Trabalho/Classe	1993 a 2015
Economia colonial	1993
Economia-mundo/ Capitalismo	-

Fontes: ver anexo 01.

Apesar do predomínio dos temas *família, vida doméstica e igreja*, questões relacionadas ao trabalho feminino também se destacam, aparecendo em 50% das produções aqui analisadas, então nos cabe perguntar, a que *trabalho* esses/as autores/as estão se referindo? De que forma o conceito é apresentado? Foi utilizado como uma categoria de análise?

O que se ressalta nessas obras é a preocupação em apresentar como a cultura, expressa pelas relações de poder entre homens e mulheres, determinou os acontecimentos das vidas dessas personagens, que ora aparecem identificadas pelo nome, ora são expostas como grupo qualificado pelo gênero.

Com exceção dos trabalhos de Figueiredo, Faria, e Socolow<sup>27</sup>, *pai, marido, Estado, Igreja, normas e condutas morais, corpo e sexualidade, família e cotidiano* são os significantes de maior repetição e dispostos nessas narrativas históricas como fatores determinantes sobre o objeto (mulheres ou as relações de gênero) das pesquisas, o que expressa análises e resultados que os prezem e exploram suas influências, no entanto, descartam outros elementos, entre eles o trabalho feminino e o que pode resultar dele, ou seja, não há atenção acerca da exploração da mão-de-obra feminina pelo e no capitalismo.

Figueiredo apresenta o trabalho feminino como um espaço de vivências e de relações sociais, não de relações comerciais. Embora nos exponha que o trabalho das mulheres fazia parte da dinâmica econômica, esta era da economia colonial, o que nos leva à metrópole, mas não adiante. Entendemos que não estava no horizonte do autor trabalhar a partir de abordagens que prezem economia-mundo e apresentar uma história

---

<sup>27</sup> Apresentaremos adiante.

econômica que aponte características de um sistema capitalista. Embora ele pontue aspectos e questões econômicas, seu objetivo aparente é alcançar uma história social e cultural das mulheres mineiras do século XVIII. Especificamente, em *Barrocas Famílias* (1997) não encontramos presente a intenção de explorar aspectos econômicos, mas sim dinâmicas sociais atravessadas por relações de poder entre Estado, Igreja, homens e mulheres.

Entendemos que não é possível aprofundar os conhecimentos sobre estruturas<sup>28</sup> e relações sociais sem adentrarmos nas dinâmicas capitalistas. Sendo assim, a obra *Barrocas Famílias* se apresenta a nós como exemplo da lacuna historiográfica em que falta a articulação das categorias *gênero, classe e raça*, assim como *mulher, trabalho e economia-mundo*.

Faria, no capítulo *Família e Estabilidade* (1998), ao se distanciar de uma história econômica, buscou possibilidades de apresentar uma narrativa histórica diferente do que estava sendo entendido como tradicional em sua época, afinal “por tantos anos, o historiador das estruturas e dos longos processos, entregue aos números de seus sistemas econômicos, seus preços e suas crises, esqueceu os seres humanos que povoaram essas sociedades.” (FARIA, 1998: 19). Segundo Maria Yeda Leite Linhares, autora do prefácio da obra de Faria, a historiadora conseguiu se desvencilhar desta forma de fazer história para “trazer de volta as pessoas, os indivíduos, a família, os rituais do cotidiano e os mecanismos elementares do viver em comum.” (1998: 19).

Mas, ao se voltar somente à cultura pela análise de comportamentos e mentalidades, a historiadora não incorpora em sua análise as possíveis influências que uma estrutura econômica do mundo ocidental causa sobre seus sujeitos históricos. Faria apontou as diferenças materiais e comportamentais de classes sociais distintas, mas não aparece, como parte de sua intenção, demonstrar que as condições também se diferenciavam pela forma como o trabalho se apresentava a cada classe e nem como a exploração do trabalho está inserida em dinâmicas e estratégias capitalistas da época.

Já em seu artigo, ao tratar de aspectos econômicos, ela não vai além da própria colônia nem ressalta o sistema econômico no qual aquelas mulheres estavam inseridas, a não ser com ressalvas ao apontar que, durante o período moderno, o lugar ideal para o acúmulo de capital e de bens era o mercado, mas em sua história ele se justifica apenas como um caminho necessário para alcançar o prestígio social (FARIA, 2000: 88). Embora tenhamos visto a função do trabalho feminino no alcance da liberdade e ampliação de bens materiais, até mesmo aquisição de escravos (2000: 83), não se constata, em seu textos, informações sobre a exploração do trabalho feminino

---

<sup>28</sup> Entendemos estrutura como um complexo conjunto de princípios que determinam as práticas e dinâmicas de corpos sociais. Para melhores esclarecimentos sugerimos a leitura de William H. Sewell Jr. (2017: 132 – 227).

pelo e no capitalismo. Não se questiona a escravidão colonial na economia-mundo, não são apresentados os caminhos do dinheiro que os senhores/as e o Estado (FARIA, 2000: 81) recolhiam dessas trabalhadoras. Sendo assim, embora reconheçamos o grande valor de sua pesquisa e produção e entendamos que a mesma não se fez sobre o objetivo de explorar os aspectos das condições sociais no capitalismo, podemos concluir que seu texto deixa esta lacuna.

Por fim, devemos destacar que a própria autora diz que o que levou as alforriadas ao acúmulo de bens e capitais pelo trabalho no comércio de retalho “deve ser explicado por aspectos mais culturais e não econômicos” (2000: 90).

Já Priore, com seu texto *Magia e Medicina na Colônia*(2015), expõe que parte de suas personagens eram negras, e com isso podemos levantar algumas questões da *raça* ligada ao *gênero* e à *classe*, tais como: por que vemos mais negras trabalhando como curandeiras? Ou, eram estas mulheres livres ou não? Se não, a quem o pagamento por suas curas pertencia? Aos homens proprietários ou a outras mulheres que eram suas proprietárias? Por onde o dinheiro circulava? Estas questões aqui postas servem para aguçar a curiosidade e demonstrar as inúmeras possibilidades que uma análise que preze pela articulação de categorias como *gênero*, *classe* e *raça* dispõe.

Tais respostas não são encontradas no texto de Priore, nos apontando, desta forma, que, embora a pesquisa seja esclarecedora sobre as mulheres e percepções acerca do corpo feminino, ainda assim, não conseguimos acessar informações que respondam perguntas como as levantadas aqui.

Priore, assim como Figueiredo, aborda uma história social e cultural com o tema mulheres. Figueiredo as aloca em um universo de trabalho, mas não adianta para além da economia colonial e não trata das relações de produção. Priore explora as subjetividades e moralidades impostas por discursos de poder utilizados e construídos pela igreja e Estado manifestados, geralmente, por pais e/ou maridos.

Com Marilda Santana da Silva podemos perceber que a preocupação da autora, embora seja pontuado, não é tratar das diferenças entre classes sociais e raças, mas sim a relação das mulheres (em geral) com o Tribunal eclesiástico e os aspectos do que ela chama de condição feminina, para isto ela expõe algumas diferenças que reafirmam a desigualdade entre gêneros, tal como a comprovação da virgindade antes do casamento – prática exigida das mulheres, mas não dos homens (2001: 110).

Sua premissa parte do estudo das mentalidades da época, tanto da feminina, que ela diz ser “diversa e, por vezes, ambígua” (SILVA, 2001: 106), quanto do imaginário masculino colonial (2001: 105). Silva ressalta questões subjetivas como “vivências” (2001: 75), “espaços femininos de

atuação” (2001: 76), “moralidade conjugal” (2001: 74), “cotidiano” (2001: 77), “assuntos de família” (2001: 78), “universo feminino” (2001: 80 - 87) e narra a história das mulheres da capitania mineira a partir da leitura de uma sociedade colonial patriarcal que “traz a reboque a misoginia” (2001: 77), sendo que a violência mantida pela cultura da época “não rondava somente as casas das mais humildes, mas também das elites” (2001: 81).

O texto de Brugger dispõem as mulheres em constante associação com núcleos familiares, mesmo quando as demonstra fora de famílias estruturadas patriarcalmente, como no caso das chefes de fogos (BRUGGER, 2007: 83). Com Brugguer apreendemos uma história das mulheres a partir da leitura de uma cultura, sendo esta patriarcal. Não vemos como a exploração do trabalho feminino faz parte das dinâmicas do capitalismo, não percebemos as relações econômicas fora do eixo colônia/metrópole. Porém, a autora atenta a apresentar a existência de diferenças entre mulheres escravas e livres, o que aponta realidades diversas apesar da equidade de gênero, no entanto estas realidades apresentadas não escapam do mesmo contexto: família e a cultura patriarcal é posta como hegemônica, porém essa concepção já havia sido contestada por Faria em sua obra de 1998.

No texto de Araújo o adestramento sexual e a repressão do feminino estão sobre um lugar específico. Não que a repressão sexual não estivesse para todas, mas as características que o autor pontua se fazem sobre um alvo bastante específico – jovens brancas com acesso à educação e pertencentes a uma família estruturada patriarcalmente, o que mostra uma realidade limitada, não podendo, então, ser dito que aquelas experiências vivenciadas e sentidas sejam as mesmas de todas as mulheres da colônia. Sem pontuar as diferenças culturais, étnicas, raciais e econômicas, o autor acaba por se utilizar da categoria *mulher* de forma muito ampla, não deixando claro ao público que as pressões e punições as quais as mulheres eram vítimas não se faziam no mesmo modelo sobre todas.

Já no texto de Raminelli não há a intenção de apontar questões econômicas, claramente não foi seu desejo trazer aos leitores/as elucubrações que aloquem o trabalho indígena escravo dentro de uma dinâmica capitalista, a escravidão nem mesmo é comentada.

Com Fragoso não vemos sobre o trabalho feminino, não percebemos como ele está inserido na economia, o que lemos é uma história das mulheres que limita essas personagens à esfera privada. A leitura possível é de que o tema aparece apenas como acessório, ou seja, o objetivo do autor não é narrar a história das mulheres que dão nome ao seu título, mas apresentar a sociedade estamental colonial setecentista a partir da leitura dos microcosmos que tinham como centro os engenhos (FRAGOSO, 2010: 78),

entendendo o lugar social das africanas e afrodescendentes de maneira limitada às mulheres que casam e/ou buscam casamento (2010: 81 - 82), afinal, Efigênia e as demais, “tiveram pressa em reconstruírem laços parentais e de alianças” (2010: 82).

Ao nos voltarmos para outras colônias das Américas constatamos que a historiografia internacional não se difere muito da brasileira. Os textos abordam questões condizentes com aspectos culturais da sociedade colonial americana e apontam percepções sobre as realidades e os papéis femininos<sup>29</sup> a partir da cultura expressa pelas dinâmicas familiares e a legislação. O *trabalho* é exposto como um espaço de vivências e relações sociais, não sendo pontuado que é também um espaço de produção e relações comerciais.

Embora Socolow, em seu capítulo *Women and Work* (2015: 120 – 139), nos fale que “sejam solteiras, casadas ou viúvas, sejam elas donas, gerentes ou trabalhadoras, as mulheres eram uma parte importante do mundo do trabalho na América Latina colonial”<sup>30</sup> e aborde o trabalho feminino pontuando-o como fundamental na economia colonial (2015: 120), a historiadora, assim como Figueiredo, aloca o trabalho feminino na economia colonial, não apontando sua atuação em uma economia global.

Contudo, a autora expõe as diferenças do trabalho feminino por questões de raça e classe, tal como a professora Faria o fez em seu texto de 2000, já que Socolow nos diz que “a participação econômica feminina estava intimamente ligada à raça e classe”<sup>31</sup>. Conflitos raciais e étnicos também ocorriam entre mulheres de mesma classe nas disputas pelos espaços públicos e funções laborais. Nas distinções do trabalho feminino entre classes está o espaço de atuação, sendo o das mulheres de elite comumente a própria casa. Para Socolow é preciso considerar que a “economia doméstica empregou esposas, filhas, variados/as dependentes e parentes pobres, assim como servas/os e escravas/os, sendo a casa a arena mais importante para o trabalho feminino”<sup>32</sup>.

Porém, as viúvas da classe proprietária, por vezes, conseguiam ocupar espaços públicos com seu trabalho, como as donas de fábricas que trabalharam com importações e exportações adentrando o comércio transatlântico (SOCOLOW, 2015: 122). Cabe

---

<sup>29</sup> Diversos autores/as, tantos brasileiros/as quanto estrangeiros/as, categorizam as mulheres a partir de distinções entre gêneros que se apresentam na forma de expressões como: “condição feminina”; “papel das mulheres”; “role” e “role that women played”.

<sup>30</sup> *whether single, married, or widowed, whether involved as owners, managers, or workers, women were an important part of the world of work in colonial Latin America.*” (SOCOLOW, 2015: 139).

<sup>31</sup> *“female economic participation was closely tied to race and class”* (SOCOLOW, 2015: 125).

<sup>32</sup> *“The domestic economy employed wives, daughters, various dependents (agregadas and dependientes), and poor female relatives, as well as servants and slaves. The home was the most important arena for female labor”* (SOCOLOW, 2015: 126 – 127).

ressaltar que, embora a historiadora nos apresente a história destas mulheres e pontue o comércio transatlântico, Socolow não explora os aspectos deste trabalho como parte de dinâmicas globais, pois seu foco se faz sobre as estruturas internas – no campo, como nas cidades, o trabalho feminino era parte integrante da estrutura colonial socioeconômica”<sup>33</sup>.

Outra historiadora que nos traz sobre o trabalho feminino da classe proprietária é Alida Metcalf (1990: 277 – 298). A autora questiona as abordagens que definem a sociedade colonial como patriarcal ao analisar o direito feminino à propriedade familiar, dizendo que tal direito sugere direitos iguais a homens e mulheres no que concerne à propriedade familiar e que, baseado nesse direito, homens e mulheres detinham igualdade na família e na comunidade (1990: 277). Para a autora o direito à propriedade familiar se traduz em poder para as mulheres (1990: 277) e este poder era assegurado tanto pelo direito quanto pelos costumes familiares (1990: 280).

Embora Metcalf faça a observação que famílias eram importantes para o desenvolvimento econômico e político da América Latina (1990: 278), ao nos mostrar sobre o exercício do direito à propriedade das mulheres de elite de Santana de Parnaíba, a autora não explora respostas econômicas, mas sim as dificuldades que aquelas mulheres tinham para exercer seus direitos, levantando questões sobre os critérios legais necessários para tal exercício.

Metcalf escreve uma história das mulheres limitada à classe de proprietárias e com o entendimento de que a elite feminina de Parnaíba reflete a realidade de todas as outras mulheres da classe proprietária da colônia (1990: 278). Seu discurso gira em torno da ideia de que os *costumes familiares*, as *condições locais* e as *atitudes* em relação às mulheres (grifos nossos) desempenharam papéis importantes na moldagem da vida das mulheres (METCALF, 1990: 280), e que no contexto de ciclos familiares, nos quais as mulheres passam por três estágios: solteira, casada e viúva (ignorando as realidades e direitos das divorciadas que Marilda Santana da Silva nos fala) podem ser conhecidas as dinâmicas familiares que as mulheres de posse participavam.

Apuramos que consagrou-se, no desenvolvimento das pesquisas e produções historiográficas, a utilização da categoria *mulher* ou *gênero* nos campos da História cultural e

---

<sup>33</sup> “*In the countryside as in the cities, women’s work was an integral part of colonial socioeconomic structure*”. (SOCLOW, 2015: 135).

História social. Nos textos que analisamos o trabalho feminino esteve associado, em sua maioria, à família, ao trabalho doméstico ou ao trabalho como um espaço de vivências e relações sociais.

A falta de explicações mais amplas acerca de aspectos econômicos para além da colônia pode ser compreendida pela forma como as pesquisas e pesquisadores/as entendiam e apresentavam as demandas dos campos e do tema. De acordo com Joan Scott, os discursos históricos que abordaram o tema *história das mulheres* pelo uso da categoria *mulher* partiam de uma leitura binária e limitada ao antagonismo de homens versus mulheres, “a história das mulheres diz respeito ao sexo ou à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica” (SCOTT, 1991: 74), contudo, quando as pesquisas e produções se voltaram à categoria *gênero* as mesmas preocupações, ao menos na historiografia sobre as mulheres do Brasil setecentista, permaneceram, ou seja, as histórias das mulheres, pela análise das relações de gênero (relações de poder), continuou apresentando os mesmos dados e resultados.

O que podemos apreender desta não-mudança na substituição da categoria *mulher* para o uso da categoria *gênero* é que ela se deu, ainda conforme Scott, porque *gênero* tem uma conotação mais objetiva que *mulheres*, o termo *gênero* inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (1991: 75).

Porém, cabe ressaltar que, além da busca pela erudição e legitimidade acadêmica, o termo gênero se justifica pela exclusão da premissa de que as realidades (masculina e feminina) devem ser apartadas para serem analisadas; e pela rejeição de explicações biológicas para que possa haver explicações sobre as relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1991: 74 - 75), tornando-se, assim, uma forma de explicar construções culturais (SCOTT, 1991: 75).

Gisela Bock (1989: 158 – 187) também nos auxilia para compreender as perspectivas, as demandas do tema e a historiografia, segundo a autora

Desde o início que o objetivo das mulheres na história não foi o de simplesmente preencher vazios da investigação ou introduzir descobertas nas *categorias historiográficas tradicionais*. Exigia sim uma *nova visão* da e na história.” (BOCK, 1989: 160) (grifos nossos)

Corroborando com esta interpretação, temos, conforme a historiadora Margareth Rago (1995: 81 – 91) nos diz, que a História cultural e os estudos de gênero se apartaram, ou nunca nem mesmo estiveram juntos, do materialismo histórico e da História social. Porém, Rago escreve em 1995 ignorando a obra *O Avesso da Memória*

(FIGUEIREDO, 1993), publicada dois anos antes e que expressa a junção da abordagem da História cultural às premissas do materialismo histórico e da História social.

Figueiredo assim como as historiadoras Sheila de Castro Faria e Susan Socolow, que, embora não atuem pelo campo da História econômica, nos apresentaram, em suas narrativas, questões sócio-econômicas e culturais. Figueiredo e Castro falam do campo da História cultural, conforme apontado em seus prefácios. Com este autor e autoras pudemos perceber as contribuições que a história cultural pode oferecer à história econômica.

Joana Maria Pedro, historiadora, escritora e docente do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, em entrevista concedida no ano de 2018, nos disse que o distanciamento das histórias das mulheres<sup>34</sup> e estudos de gênero da História econômica deram-se devido a influência dos pós-estruturalistas franceses.

Mas uma pergunta ainda se mantém: Pode a história econômica contribuir com os estudos de gênero? Acreditamos que seja possível e, mais adiante, a partir dos estudos de Anne McClintock (2010) e Fernand Braudel (1995), mostraremos como as contribuições da história econômica aos estudos de gênero não somente são possíveis, como também respondem a demandas atuais que buscam, cada vez mais, por uma história ampla em que as categorias *gênero*, *classe* e *raça* sejam analisadas e expostas de forma articulada. Porém, antes devemos analisar e expor como a história econômica apresenta o Brasil setecentista em suas produções historiográficas.

---

<sup>34</sup> É preciso esclarecer que há uma diferença entre história das mulheres e os estudos de gênero na História. Até o final dos anos 1990 o mais comum nas pesquisas e produções eram análises que considerassem a categoria *mulher*, no entanto, após este período, os estudos sobre o tema se ampliaram e passou-se a utilizar *gênero*. A predominância antes dos anos 2000 era da categoria *mulher* com maior parte de leituras que expusessem relações familiares e o patriarcado. A partir dos anos 2000 o discurso toma outra forma, a categoria se reconfigura para *gênero* e a sexualidade entra em voga. Para melhores informações da história da historiografia sobre a temática, novamente, recomendamos a leitura de Gilmária Salviano Ramos (2011: 110 – 125). Também corrobora com nossa afirmação a entrevista concedida em abril de 2018 pela doutora em História e professora do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Joana Maria Pedro, a qual nos disse que, até os anos 2000, a categoria mais utilizada ainda era *mulher* e não tanto *gênero*, assim como também diz o artigo, já citado, da historiadora Joan Scott (1991).

## Capítulo 2: História econômica na historiografia sobre o Brasil setecentista

A seguir apresentaremos as análises sobre trabalhos de Fernando Antônio Novais<sup>35</sup>, Stuart B. Schwartz<sup>36</sup>, João Fragoso e Manolo Florentino<sup>37</sup>, Ângelo Alves Carrara<sup>38</sup> e, então, retornaremos a Sheila de Castro Faria com o terceiro capítulo de sua obra - *Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante* (1998: 163 – 222).

Fernando Antônio Novais, ainda como graduando de História (1955 – 58) e depois durante sua pós-graduação (1961 – 73), ambos momentos na Universidade de São Paulo, recebeu influências da segunda geração dos Annales, a qual teve, como um de seus expoentes, o historiador Fernand Braudel.

O contexto no qual se formou a segunda geração dos Annales (1946 – 1968) era, de maneira geral, o de uma expansão econômica e, nesta mesma época, houve um impulso nas Ciências Sociais, as quais passaram a elaborar suas análises a partir de uma corrente teórica que ficou conhecida como estruturalismo. A abordagem estruturalista não passou despercebida para a história e seus reflexos começaram a aparecer na historiografia mundial e brasileira (BARROS, 2012: 1 – 2). Junto ao estruturalismo, o materialismo histórico e a concepção de longa duração também tornaram-se mais influentes nas Ciências Sociais – a qual articulava-se se à História (BARROS, 2012: 1 – 3).

---

<sup>35</sup> Novais titulouse-se doutor em História pela Universidade de São Paulo em 1973, com a tese *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, a qual depois foi publicada como livro e, ainda hoje, é uma obra de grande influência e referência para os estudos da área. Atualmente é professor das Faculdades de Campinas, onde leciona na Faculdade de Ciências Econômicas. Informações extraídas do currículo Lattes do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0031804541618409>. Acesso em maio de 2019.

<sup>36</sup> Stuart B. Schwartz é PhD em História da América Latina pela Universidade Columbia, professor titular de História em Yale e editor da *Cambridge History of Native People of Americas* e da *Hispanic American Historical Review*. Desde os anos 1970 Schwartz dedica-se a estudos sobre a escravidão e a sociedade colonial brasileira. Informações extraídas do site Wikipedia. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Stuart\\_B.\\_Schwartz](https://en.wikipedia.org/wiki/Stuart_B._Schwartz). Acesso em maio de 2019.

<sup>37</sup> Manolo Florentino é mestre em estudos africanos por El Colegio del Mexico e doutor pela Universidade Federal Fluminense, obtendo seu título em 1991. Suas temáticas de pesquisa voltam-se, principalmente, à escravidão nas Américas, Brasil e África. No momento atua como professor no departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dando aulas e orientações na graduação e pós-graduação. Sua linha de pesquisa no programa de pós-graduação é Sociedade e Economia, contudo está afastado temporariamente para poder exercer a presidência da Fundação Casa Rui Barbosa. Informações extraídas do currículo Lattes do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8904224816134640>. Acesso em maio de 2019.

<sup>38</sup> Angelo Alves Carrara obteve seu título de doutor em História social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997. Por anos atuou como professor do departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto e, atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sua ênfase é em História econômica e suas pesquisas costumam girar em torno das áreas da história econômica do Brasil, fiscalidade, história agrária, bem como em projetos de tratamento de acervos documentais. Informações extraídas do currículo Lattes do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7789092626656746>. Acesso em maio de 2019.

A História econômica brasileira também embasou-se nestas perspectivas teóricas e podemos percebê-las em *A Crise do Antigo Sistema Colonial* (NOVAIS, 1989), publicado pela primeira vez em 1979. Com influência de Caio Prado Jr., Fernand Braudel e uma abordagem marxista, Novais construiu sua análise a partir do materialismo histórico. Pesquisando práticas coloniais e focando-se em dinâmicas globais por uma análise sistêmica e estrutural, o autor nos apresenta uma narrativa histórica preocupada em mostrar quadros explicativos que deem conta da sociedade e economia colonial.

Ao explicar os processos da colonização mercantilista, Novais aponta que o sistema que os envolve “é o conjunto de relações entre as metrópoles e suas colônias” (1984: 57), sendo estas relações partes de um processo chamado “Antigo Sistema Colonial” da era mercantilista (1984: 57 – 58), o qual inseres-se na longa duração (1984: 62) e que integra e articula a colonização com as economias centrais europeias (1984: 70).

Para Novais a colonização portuguesa sobre as terras brasileiras deu-se para suprir demandas de um capitalismo mercantil. Esta forma do capitalismo, a qual refere-se Novais, dá-se como uma etapa intermediária entre a dissolução de uma estrutura feudal e o início de uma produção capitalista, tal etapa configura-se pela persistência de elementos de um e outro. Esta etapa intermediária, por sua vez, opera na lógica em que é o capital comercial “gerado mais diretamente na circulação de mercadorias, que anima toda vida econômica” (NOVAIS, 1984:63).

Para o autor, a colônia, em teoria, deveria se constituir em retaguarda econômica da metrópole (1984: 59 - 61), o que manteria a política econômica ultramarina com a aceção de que as economias europeias eram o centro e as colônias enquadravam-se como periféricas (1984: 60). Isto era reflexo dos postulados da “doutrina de economia e política econômica que se desenvolvia e predominava na Europa entre os Descobrimentos e a Revolução Industrial: o Mercantilismo” (1984: 60).

Essa política econômica visava o desenvolvimento nacional a todo custo e as intervenções do Estado se deviam a criar todas as condições de lucratividade para as empresas poderem exportar seus excedentes (NOVAIS, 1984: 61). Para auxiliar no alcance de tal objetivo se propugnava o fomento de uma política demográfica, o que seria um meio de ampliar a força de trabalho nacional (NOVAIS, 1984: 61). É, a partir desses parâmetros, que Novais entende a posição e significado da colônia no Antigo

Sistema Colonial, um sistema mercantilista de colonização determinado a promover a acumulação primitiva de capital na Metrópole (1984: 99).

O *trabalho*, em Novais, define-se a partir de relações de produção, sendo a forma escravista um dos “eixos fundamentais do sistema colonial” (ARRUDA, 2015: 201). Segundo o autor, a escravidão foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo, sendo o tráfico negreiro um dos setores mais rentáveis do comércio colonial (NOVAIS, 1984: 98), e, aquele regime de trabalho, a resposta para que o antigo sistema colonial obtivesse sucesso em sua forma, pois

A colonização da época mercantilista conforma-se ao sentido profundo inscrito nos impulsos da expansão, ou seja, é o elemento mercantilista – quer dizer, mercantil-escravista – que comanda todo o movimento colonizador. Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias europeias exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colonial, e, pois a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (...).  
(NOVAIS, 1984: 102 – 103)

Com Novais temos como base para nossa pesquisa uma abordagem que considera o sistema econômico, ou seja, encontramos o capitalismo mercantil e suas redes. Podemos compreender melhor sobre a dinâmica econômica do século XVIII, assim como podemos conhecer uma das diversas narrativas históricas, embasada pelo materialismo histórico, sobre o Brasil Colonial.

Em uma abordagem próxima de Novais, Stuart B. Schwartz em *Segredos Internos* (1988) traz considerações sobre a quais elementos da história autores e autoras devem atentar. Para Novais, assim como para Schwartz, é importante trazer o “contexto global de que se faz parte e lhe dá sentido” (NOVAIS, 2005: 183), em ambos os historiadores a transição para uma nova fase do capitalismo é foco de atenção.

Com a análise de crônicas, censos, registros notariais e testamentos (SCHWARTZ, 1988: 09), Schwartz elaborou sua escrita de forma a focar e apresentar as dinâmicas do trabalho e posições sociais baseando-se em conceitos marxistas, mas somado a uma análise que considera a cultura e o cotidiano, o que trouxe a lume informações sobre processos rotineiros da colônia. Ficou aparente o intento de

compreender e apresentar a cultura e a estrutura social do Brasil colonial tendo como objeto a indústria açucareira e suas características, tais como os espaços (engenhos), modo de produção (trabalho escravo), economia de exportação e a vida social (sociabilidade entre escravos e escalas hierárquicas) em torno daquela indústria.

De acordo com o autor a categoria *trabalho* foi estabelecida

(...) como núcleo deste estudo os aspectos sociais da produção, as relações entre os detentores dos meios de produção com os trabalhadores e entre estes e o processo produtivo.

Nisso segui Marx, procurando naquelas relações o "segredo íntimo" da sociedade e da organização política. Contudo, ao contrário de alguns de seus seguidores, também atentei para o conselho de Marx ao examinar empiricamente as infinitas variações possíveis que podem resultar de tais relações. Este é, pois, um livro que procura colocar o trabalho em seu devido lugar, como determinante principal da sociedade escravista, e compreender os grupos, instituições e interações sempre no contexto das relações sociais de produção presentes no engenho. As peculiaridades desse sistema produtivo e a organização e os requisitos da mão-de-obra constituem-se em um ponto de partida analítico. (1988: 10)

Schwartz caracteriza a escravidão como a base dos padrões econômicos e sociais da colônia, sendo a escravidão o reflexo do modo de produção que se consolidou no Brasil. O historiador expõe sobre o trabalho (práticas laborais e escalas hierárquicas) de escravos nos engenhos ao tempo que também relata sobre o cotidiano (vida familiar, acomodações) daqueles trabalhadores. Somando a estas apresentações, Schwartz aponta questões vinculadas à economia colonial, a qual o autor qualifica como uma economia de exportação em um cenário de tensão entre metrópole e colônia. O historiador, a partir do Brasil Colonial, analisou o contexto global e concluiu que, na última fase da colonização, a região se apresentava bem desenvolvida economicamente (SCHWARTZ, 1988: 354).

Adentraremos agora no trabalho conjunto de João Fragoso e Manolo Florentino – *O arcaísmo como projeto* (1993). Nesta obra a dupla nos mostra os retratos da concentração de renda nas mãos de uma elite (grandes comerciantes) possibilitando uma comparação entre a colônia com as estruturas agrárias tradicionais que configuravam o Antigo Regime (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993: 25).

A História social do Brasil Colonial, nos anos 1990, configurava-se de forma a dar uma maior atenção a temas da chamada “história das mentalidades” e uma história social da escravidão (CASTRO, 1997: 52). A Universidade Federal Fluminense, nessa

época, tinha em sua linha de pesquisa “História agrária”, seu “principal centro de irradiação” (CASTRO, 1997: 52). Frago e Florentino titularam-se doutores em História social, respectivamente em 1990 e em 1993, pela universidade supracitada e, no Brasil, segundo Hebe Castro, a História social expressava-se em três vertentes: História social da família, História social do trabalho, e História social do Brasil Colonial e da escravidão (CASTRO, 1997: 50 – 53). É nesta última que percebemos os historiadores que trataremos a seguir.

Em resposta a teses, como a de Fernando Novais, que enfatizavam a extração do excedente colonial, e também embasando-se em interpretações como as de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso – que criticavam a Teoria da Dependência e outras linhas interpretativas que destacavam fatores externos como determinantes dos problemas nacionais ignorando que o foco dinâmico, em certos momentos cruciais, esteve na economia brasileira, nas atitudes das classes dominantes nacionais, e não apenas no "imperialismo" externo (CARDOSO, 1980; GORENDER, 1980) –, Florentino e Frago ressaltaram a dinâmica interna da colônia, seja como modo de produção escravista colonial, seja como formação econômico-social, demonstrando o poder da elite nacional ante o capital mercantil europeu e o papel protagonista dessas elites na reprodução de um "arcaísmo".

Apoiados na teoria dos ciclos Kondratieff (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993: 40), na percepção marxista sobre relações de produção e divisão social do trabalho, com o auxílio de uma gama variada de fontes (mas principalmente documentação cartorial) e por uma análise qualitativa e quantitativa de seus dados ( 1993: 30 – 31), muitos dos quais transpostos em diversas tabelas, Florentino e Frago apresentam suas ideias sobre a economia e sociedade colonial entre 1790 e 1840. .

Os autores explicam que a colônia era elemento integrante e não somente dependente da economia europeia (1993: 20) e que, a partir do Rio de Janeiro do final dos setecentos, foi possível perceber que a “reprodução da economia se dava em meio a um mercado colonial e atlântico de natureza não-capitalista (1993: 28). No topo da hierarquia econômica colonial estava uma elite mercantil – “os negociantes de grosso trato” (1993: 29) que buscava ascensão social por valores não-capitalistas, idealizando entender-se como aristocrática e perpetuar relações de poder a partir do escravismo (1993: 28).

O argumento dos autores sobre uma economia de natureza não-capitalista também pode ser compreendido a partir do que eles falam sobre a manutenção de uma

estrutura agrária tradicional que mantém aspectos do Antigo Regime em Portugal, nos quais a aristocracia detém metade das terras e a Igreja 30%, as cidades, por sua vez, permanecem como espaços administrativos e mercantis, já a indústria é pouco desenvolvida, sendo sinônimo de produção artesanal distribuída em pequenas e médias oficinas, por fim, as relações de produção dão-se de maneira em que há apropriação do trabalho social alheio, porém, como a mão-de-obra cativa deriva de mecanismos não econômicos, esta apropriação, que também leva a redução do valor do trabalho enquanto mercadoria, é percebida nas dinâmicas de um mercado colonial e atlântico de natureza não-capitalista (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993: 25 – 30).

Sobre a economia colonial, Florentino e Fragoso argumentam que havia uma certa independência econômica da colônia frente à economia global (capitalista), esta podia ser comprovada pelo “controle interno de fatores de produção baratos”, os quais ensejavam “a possibilidade de uma relativa autonomia das flutuações coloniais frente às do mercado internacional” (1993: 29). Esta acepção, de certa forma, desconsiderou a posição da colônia no conjunto de um sistema mundial em formação.

Para Marquese, quando Florentino e Fragoso interpretam a economia colonial como não-capitalista e arcaica, eles se desobrigam a observar algo que seria externo à colônia, pois se a economia colonial não obedece ao que vem de fora, ela só pode ser explicada por dentro (MARQUESE, 2013: 240). Esta contraposição entre interno e externo desvincula da própria formação do modo de produção escravista de um conjunto complexo de relações entre as forças globais de uma economia-mundo capitalista e as forças locais no Brasil (MARQUESE, 2013: 241)

Os autores argumentam que a escravidão tinha uma função estrutural tanto na África quanto na América (1993: 59) e que a elasticidade do fornecimento da mão-de-obra, comida e terra fora responsável pelo baixo nível de capitalização no Brasil, permitindo a continuidade da utilização de técnicas rudimentares de agricultura (e mantendo, desta forma, o projeto arcaizante). Portugal era beneficiado pela cobrança de taxas e pela reexportação dos produtos coloniais, assim, o Brasil e sua hierarquia social teriam sido criados para preservar o *Antigo Regime* em Portugal, não para transformá-lo. Segundo o historiador Schwartz, podemos entender que o exposto por Florentino e Fragoso traduz-se na concepção de que o acesso relativamente barato ao escravo comercializado possibilitou a rotinização de práticas agrícolas e a consequente manutenção da predominância das relações e práticas sociais (SCHWARTZ, 1999: 132).

Também se focando sobre a economia interna, sem, necessariamente, pontuar sobre um sistema global que agisse sobre suas práticas, Ângelo Alves Carrara, em sua tese de doutorado – que virou o livro *Minas e Currais* (2007) – cartografou a forma e conteúdo da circulação das mercadorias nas Minas Gerais e nos mostrou que as articulações regionais podiam ultrapassar os limites da capitania, afinal, os espaços econômicos desconhecem fronteiras administrativas (2007: 115).

Assim como João Fragoso, Carrara também foi orientado por Maria Yedda Linhares. Para entendermos um pouco mais sobre a História agrária no Brasil, linha de pesquisa na qual o autor trabalhava, recorremos a Linhares, a qual nos coloca que

A história agrária, como é hoje conhecida, nasceu, nas primeiras décadas do século XX, de um encontro feliz com a geografia humana, tendo, de um lado, o historiador — preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (os grupos sociais) através dos tempos — e, de outro, o geógrafo — dedicado ao estudo da relação do homem com o seu meio físico.

Ao primeiro, pela própria natureza do campo de observação que lhe é específico, cabe voltar-se sobre o passado em busca de informações e registros precisos, os mais abundantes possíveis, capazes de conduzir a uma explicação das sociedades humanas nas suas múltiplas determinações e complexidades. Já ao segundo cabe observar e descrever o presente a fim de detectar a ação do homem na ordenação do espaço que o envolve (o *habitat*).

Mas, como se tem ressaltado tantas vezes, a história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas, custou a entrar nas preocupações do historiador como objeto de estudo, já que “são os momentos de agitação intensa e tirania aqueles que perduram na memória humana”. No entanto, durante a maior parte dessa história — desse longo tempo decorrido —, foi a agricultura a atividade que congregou homens e mulheres, constituindo-se na principal fonte de vida e de trabalho. (LINHARES, 1997: 130)

Carrara, ao pesquisar as áreas de produção agrária, responde às demandas de uma história agrária. Ao definir os espaços econômicos pelas suas mercadorias, fluxos e caminhos, e tê-los como seus objetos (2007: 113), Carrara também nos aponta a direção de recursos metodológicos utilizados e nos apresenta uma história rica em detalhes e gráficos, apresentando os dados, obtidos sobre a economia colonial, de maneira sistematizada (2007: 117 – 145).

O autor desenvolveu uma análise e construiu uma narrativa histórica capaz de apresentar aspectos que romperam com algumas concepções sobre as especializações econômicas coloniais. No caso das Minas Gerais, Carrara nos mostra que o papel da

capitania extrapolava a concepção sobre a mesma como a de apenas produtora de minérios a serem extraídos e captados para a Coroa. Em *Minas e Currais* (2007) percebemos outros espaços econômicos que se opõem às minas, como os próprios currais. Essas áreas de produção agrária colaboravam para o abastecimento interno de toda a colônia e agilizavam articulações entre as regiões internas e externas à capitania (CARRARA, 2007: 117).

Por fim retornamos a Sheila S. de Castro Faria e seu capítulo *Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante* (1998: 163 – 222). Neste terceiro capítulo da obra, a atenção de Faria está sobre o mundo da "elite agrária local, [com] sua forma privilegiada de enriquecimento — o comércio — e as estratégias usadas para a criação, manutenção e/ou ampliação do poder político, econômico e social, incluindo alianças matrimoniais" (1998: 34).

Ao analisar inventários e escrever sobre o dia-a-dia, Faria, mais uma vez, nos leva ao cotidiano da sociedade colonial. Seu interesse está exposto no próprio título da obra e, a partir dele, podemos perceber que a economia da qual a autora trata, semelhante com Carrara, é aquela que se pratica internamente, sem conectá-la às regiões além-mar. Contudo, podemos entender ligações espaciais pelos movimentos da agroexportação, a qual mobilizava imigração e capitais (FARIA, 1998: 163), afinal, “quanto mais se desvendavam os segredos naturais dos trópicos, homens e capitais dirigiam-se para as respectivas áreas.” (FARIA, 1998: 163).

A historiadora classifica a economia colonial como de pequena circulação monetária e com dificuldade de acesso a bens manufaturados, características que ela percebeu ao ver um detalhamento excessivo (de itens e atribuições a eles) nos inventários que analisou. Outra explicação que a fez determinar a economia desta forma foi a de que, como quase tudo que se usava no dia-a-dia era reaproveitado, inclusive vestuário de falecidos/as que depois era costumeiramente vendido, as práticas econômicas da colônia eram as de uma “economia de reaproveitamento” (FARIA, 1998: 181)

Em sua narrativa histórica percebemos que a pesquisadora direciona sua análise para os aspectos do cotidiano ao tratar de aspectos econômicos associados à função dada ao casamento e à família. Ao tratar da economia a autora utiliza como categoria *família*. Segundo a autora, a estabilidade das atividades agrárias estava, teoricamente, ligada aos bens agrários assim como ao casamento (1998: 167). A abordagem sobre movimento da sociedade colonial, através da análise da família, considerada como o

*locus* privilegiado para abordar o cotidiano dos múltiplos sujeitos sociais, determinou sua metodologia.

Após a análise de documentos diversos, organizados muitas vezes em quadros e cruzados de formas variadas, a autora conclui que os "comerciantes, enriquecidos e transmutados em grandes senhores de terras e escravos, detinham uma lógica própria de comportamento, para eles próprios e seus familiares, ditada, certamente, pela fase da vida em que se encontravam" (FARIA, 1998: 217).

Quando solteiros, os comerciantes migravam por distâncias relativamente grandes em busca de sucesso nos negócios, assim que alcançavam o sucesso comercial desejado, eles buscavam estabelecer alianças matrimoniais com filhas de senhores prestigiados, o que lhes possibilitava a perseguida mudança de status social, logo, a consolidação do espaço social conquistado transformava-se no grande objetivo. Pelo casamento de filhos e filhas (principalmente), aqueles comerciantes buscavam a manutenção do prestígio de relações de compadrio, assegurando a aristocratização de sua descendência. Essa busca de uma ascensão social e econômica que não está, necessariamente, vinculada a acumulação de capitais, mas sim a um desejo de pertencer à aristocracia de uma sociedade estamental, também vemos com Fragoso (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993; FRAGOSO, 2010).

No entanto, pela análise de seus documentos, a autora conclui que nesse ponto as práticas culturais e econômicas chegavam a um desfecho diferente do objetivado, pois os filhos dos comerciantes-fazendeiros entravam no

(...) perverso circuito econômico colonial que penalizava o lavrador e drenava para os comerciantes os frutos de seus empreendimentos. Filhos e netos de grandes fortunas e os que tentavam se estabelecer pela atividade agrícola, sem ter capital para tanto, se viram com dificuldades intransponíveis para se manter como lavradores de médio e grande portes" (FARIA, 1998: 217-218).

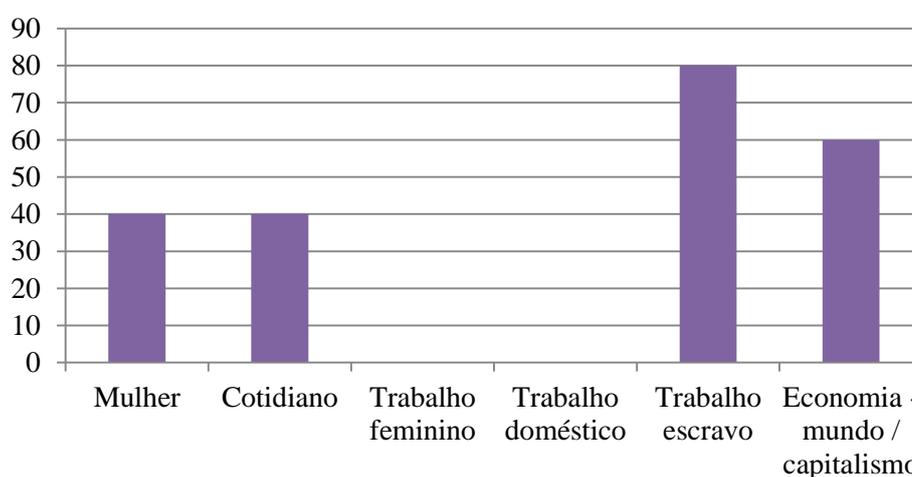
Percebemos, após analisarmos estes cinco trabalhos (ver anexo 02), algumas recorrências e ausências de algumas categorias que podem ajudar a explicar as abordagens e perspectivas da História econômica que tratou do Brasil setecentista. Elencamos algumas, como pode ser visto na tabela 03, com o objetivo de percebermos o uso destas no que diz respeito a nossa problemática, ou seja, no que se refere a uma lacuna historiográfica apresentada pela falta de articulação das categorias *gênero*, *classe* e *raça* e a falta de diálogo entre os campos da História.

Tabela 03 – Categorias da História econômica brasileira

Categorias	Quantidade de trabalhos que apresentam as categorias
Mulher	2
Cotidiano	2
Trabalho feminino	-
Trabalho doméstico	-
Trabalho escravo	4
Economia-mundo/ capitalismo	3

Fontes: ver anexo 02.

Gráfico 02 - Percentual dos temas apresentados nos trabalhos analisados



Considerando que “a linguagem conceitual é, em si, um meio consistente para problematizar a capacidade de experiência e a dimensão teórica” (KOSELLECK, 2006: 109) e que os “significados dos termos empregados no documento ganham importância de caráter social e histórico” (KOSELLECK, 2006: 101), como, em nossa pesquisa, a documentação é a historiografia elaborada por autores e autoras dos campos da História aqui percebidos, é preciso entender os significados atribuídos aos conceitos utilizados para poder efetuar uma análise mais coerente e não anacrônica.

Florentino e Fragozo voltaram-se a explicar o Brasil a partir da construção de uma estrutura agrária e a formação de uma elite mercantil. Também, ao nos trazer dados sobre o tráfico atlântico negreiro e o uso da mão-de-obra de escravos, os autores nos apontam as direções da atuação de classes distintas e suas relações. Com isso podemos

conhecer melhor três agentes históricos: senhores de escravos, escravos e homens livres e pobres (1993: 17).

Em seu levantamento sobre a quantidade de escravos entre 1790 e 1835 no Rio de Janeiro, os autores pontuaram as diferenças percentuais entre cativos adultos e infantes, mas não nos mostraram se dentro daquelas quantidades constam escravas (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993: 39), havendo apenas uma suposição de um equilíbrio entre os sexos de todas faixas etárias. O limite do que pode ser interpretado encontra-se, até mesmo, em barramentos da língua portuguesa, ou seja, a desconsideração do feminino está em não trazer dados sobre o contingente escravo feminino, ou apenas na regra que dita que substantivos, no plural, são masculinos? Não é possível inferir se a falta de informações dá-se pelo (não) encontrado nas fontes utilizadas, na linguagem ou na falta de desejo dos pesquisadores.

As mulheres que aparecem na obra dos autores são esposas e/ou viúvas, como Micaela Joaquina, viúva de Manoel Gonçalves Moledo, que tem dados de sua conta bancária expostos para explicar uma onda de endividamentos (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993: 96 – 97). Não é trazido à superfície como dona Micaela, ao herdar a dívida, transpõe-se a um papel ativo na história de uma cadeia de dívidas que se dão como resultados de práticas mercantilistas que se conectam espacialmente ao longo do globo.

Faria traz informações sobre a atuação feminina na colônia, porém não se concentra nas mulheres como agentes da economia, mas sim na família, pois as ligações matrimoniais são fundamentais para o funcionamento da produção, conectando, de certa forma, o feminino à economia, mas limitado à família.

A autora, em seu primeiro capítulo (FARIA, 1990: 39 – 100), abordou *mulheres* também dentro da organização familiar para tratar sobre a cultura patriarcal, apontando que esta não era percebida e refletida da mesma forma por todas as famílias, tendo como um dos diferenciais as condições sociais e materiais. Já em *Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante* (1998: 163 – 222), o terceiro capítulo da obra, a *família* é apresentada de forma a agregar aspectos econômicos, pois vemos que esta forma de organização (família) é agente da economia colonial.

Diferente dos outros autores apresentados, a abordagem de Faria não parte do materialismo histórico e não busca responder ou fundamentar-se nas perspectivas de Caio Prado Jr. ou Fernando Novais. Seus métodos e análises incorporam preceitos do

campo da História cultural, nos trazendo informações sobre a economia da colônia a partir de percepções sobre dinâmicas familiares e o cotidiano daquela sociedade.

Assim como Schwartz, Faria aproxima a História social da História cultural, mas, apesar de o ter como auxiliar em sua fundamentação, seu diálogo é mais amplo e mais próximo com autoras e autores como Alida Metcalf, Socolow (ambas apresentadas em nosso primeiro capítulo), Leila Mezan Algranti<sup>39</sup>, Angela Mendes Almeida, Ronaldo Vainfas, Gilberto Freyre, entre outros. Apesar de também citar Fernand Braudel, a autora não inclui em sua análise a categoria *economia-mundo*<sup>40</sup>.

Questões sobre o cotidiano aparecem também em Schwartz. Enquanto Faria utiliza a ideia de que cotidiano diz respeito a "uma palavra que existe desde o século XVIII referindo-se àquilo que é diário, que sucede ou se pratica habitualmente" (FARIA, 1998: 388), sendo a rotina do trabalho parte do cotidiano, Schwartz não se preocupa em explicar com muitos detalhes o que ele chama de cotidiano, porém pontua que o cotidiano, do qual ele fala, é aquele expresso em uma cultura açucareira (SCHWARTZ, 1988: 240).

Para o autor, o cotidiano não está posto como uma categoria de análise, seu foco está sobre como *trabalho* faz parte daquele cotidiano, o que difere de Faria que entende as formas de produzir como parte do cotidiano, mas também as famílias, as casas de morada, etc, sendo *família* o seu objeto e não *trabalho*.

Com entendimentos e usos similares sobre *trabalho*, Florentino e Fragoso, Novais, Carrara e Schwartz, apresentam em suas escritas uma abordagem que categoriza o trabalho e o significa a partir das relações entre trabalhadores e donos dos meios de produção, assim como também, pela produção e valor.

Embora Schwartz o entenda como parte do cotidiano, para ele o cotidiano se dá pelo trabalho, já para Carrara o que é mais pontuado é a produção e valores e não tanto as relações sociais entre trabalhadores e trabalhadores e entre trabalhadores e patrões. Embora Carrara trate sobre escravos e escravas, o autor não aborda para além da situação destes e destas enquanto produtos vendáveis, sendo assim, não acessamos, de maneira detalhada, as realidades sociais intrínsecas à condição de escravo/a e negros/as, mas tão somente o que deriva em forma de produto advindo do trabalho destes/as.

---

<sup>39</sup> Algranti tem vasta experiência no campo da História cultural e nos estudos de gênero, tendo como ênfase a história do Brasil Colônia. Como já falamos, durante sua tese, foi orientada por Novais. Gostaríamos de ressaltar que Algranti é contemporânea de Faria e produziu sua tese cinco anos antes do lançamento da obra desta última. Faria, ao embasar-se em Algranti, mostra seus vieses teóricos e interesses da abordagem.

<sup>40</sup> O uso que Faria buscou em Braudel foi pela sua obra *História e Ciências Sociais*.

Ao focar-se na categoria *economia colonial*, Carrara não aborda o capitalismo para fora da relação colônia/metrópole. Mesmo havendo clara leitura e influência de Fernand Braudel, não foi desejo do autor analisar seus documentos tendo como uma de suas categorias norteadoras a *economia-mundo*.

Em um movimento mais abrangente, Florentino e Fragoso, assim como Novais, focam-se sobre a produção e valor para a colônia e outros espaços do globo<sup>41</sup> (Colônia/Metrópole, África). Atendo-se ao comércio atlântico de escravos e à agro exportação, Fragoso e Florentino, usando a praça do Rio de Janeiro como exemplo, pontuam a economia colonial através do mercado atlântico, tendo a economia colonial flutuações próprias. Novais, por sua vez, entende a colônia como parte e resultado de práticas de um sistema mundial. A economia colonial e a própria colônia e suas práticas, em Novais, mostram-se dependentes e como uma resposta de um projeto maior que parte da Europa, já para Florentino e Fragoso, embora haja conexões comerciais entre espaços para fora da colônia, a economia colonial tem uma certa autonomia

Com estes três pesquisadores a preocupação perceptível está em explicar o Brasil a partir das relações colônia/metrópole, sendo o Brasil uma colônia de abastecimento para um capitalismo mercantil e os agentes dessas histórias são as políticas do Antigo Regime, não grupos específicos como mulheres trabalhadoras.

Tanto os historiadores como a historiadora tratados/a aqui não expuseram sobre o trabalho feminino como parte da estrutura econômica que comentam, seja ela percebida como um sistema global, seja ela entendida como colonial e suas práticas internas. A exploração da mão-de-obra feminina, como uma prática do capitalismo, não aparece em nenhuma das obras. O trabalho feminino, tanto em espaços públicos ou determinado a partir da família e da casa, ou seja, o trabalho doméstico, foi obliterado destas narrativas históricas, então nos cabe questionar o porquê.

Immanuel Wallerstein, em *O Capitalismo Histórico* (1985), ao tratar da proletarianização das famílias, coloca que foi no “contexto da estrutura doméstica que começou a se impor sobre as classes trabalhadoras a distinção social entre trabalho produtivo e improdutivo” (1985: 20), sendo entendido como produtivo somente aquele que era remunerável e improdutivo o que era “meramente atividade de subsistência, e, portanto, sem produção excedente passível de ser apropriado por terceiros” (1985: 20).

---

<sup>41</sup> Cabe comentar que Fragoso e Florentino entendem o continente africano como agente ativo no processo do comércio de escravos e fazem crítica a autores, tal como Novais, por entenderem que há uma desconsideração sobre o papel da África no tráfico Atlântico nas análises do historiador (1993: 4 – 61).

A partir dessa divisão e valorização do trabalho, ainda segundo Wallerstein, somente aqueles que eram assalariados eram considerados membros da força de trabalho economicamente ativa (1985: 21).

Porém, se entendermos que os processos produtivos domésticos muitas vezes calcam-se no desejo das famílias terem seus rendimentos ampliados, que a produção doméstica das mulheres constitui espaços de articulação e de autonomia simbólica e material (SANTOS, 2017: 178), as considerações sobre esta forma de trabalho podem levar a uma amplificação epistemológica no que diz respeito aos estudos que tem a economia como parte de seu objeto, pois consideraria diferentes lógicas de produção e de distribuição dos excedentes e também ressaltaria o protagonismo das mulheres na conformação a reciprocidade e da redistribuição em suas economias, “indo além do usual e não menos relevante debate sobre o domínio do doméstico e a participação das mulheres no mercado formal de trabalho.” (SANTOS, 2017: 179).

Vale ressaltar que a história das mulheres e/ou estudos de gênero abordam o trabalho feminino na esfera privada, porém as perspectivas ignoram como a exploração da mão-de-obra feminina do trabalho doméstico não remunerado também está atrelada às dinâmicas capitalistas.

No entanto, mesmo ao não considerarmos a falta de elucidções ou o uso da categoria de forma a entender que o trabalho doméstico é também produtivo e está inserido na economia, ainda nos resta um problema que se embasa na falta de exposição e elucidções sobre o trabalho feminino assalariado e escravo. Esta falta não se justifica apenas por uma questão de linguagem em que substantivos coletivos são grafados como masculinos. Por muito tempo a historiografia ignorou as mulheres como agentes, e, quando estas passaram a ser tematizadas em narrativas históricas, a tradição as colocou de forma dicotômica e separada da história geral, como se houvesse uma história dos homens e uma história das mulheres, levando o tema para o campo da História cultural e o afastando da História econômica.

A categoria *trabalho*, nos estudos sobre a economia do Brasil colonial setecentista, continuou aparecendo como algo do mundo masculino relacionado à produção, remuneração (quando não escravo) e excedentes, de forma a apontar, como práticas ativas da economia, apenas duas formas: trabalho remunerado e trabalho escravo.

Mostramos, em nosso primeiro capítulo, que as mulheres ocupavam diversos espaços e desempenhavam variadas funções econômicas, um dos exemplos é o caso de

alforriadas que chefiavam domicílios, vendas e escravos (FIGUEIREDO, 1993; FARIA, 2000). Socollow mostra que, na América Central, havia mulheres, na chefia de indústrias, trabalhando com exportações atlânticas (2015: 120 – 139). Com Florentino e Fragoso, embora o foco não tenha se dado sobre as movimentações financeiras das herdeiras, podemos fazer a leitura que estas mulheres agiram diretamente sobre “resultados de práticas mercantilistas que se conectam espacialmente ao longo do globo”<sup>42</sup>.

Portanto, ainda cabe perguntar, se o trabalho feminino também está inserido no capitalismo, não seria mais esclarecedor, ao tratarmos da economia, atentarmos e elucidarmos sobre como a exploração da mão-de-obra feminina é pautada nas dinâmicas do capitalismo? Por que ainda nos limitamos a entender o trabalho feminino apenas como um espaço de sociabilidade, vivências e experiências subjetivas? Afinal, já sabemos que as mulheres, tanto como detentoras dos meios de produção, como assalariadas ou não (escravas e trabalhadoras domésticas não remuneradas), participaram ativamente da economia, sendo assim não nos parece haver razão para que as mesmas não apareçam nas narrativas históricas que tematizam a economia capitalista.

Não se trata aqui de defendermos uma história do trabalho das mulheres, este tipo de concepção só retorna à prática historiográfica que dividiu a história em mundo do masculino e mundo do feminino, o que entendemos é que a inclusão dessas personagens, por uma perspectiva que perceba classe e raça como imbricadas às condições de gênero, também nas narrativas históricas que expõem dados e informações sobre a economia, elucidaria, de forma mais ampla, as práticas do sistema econômico do qual fazem parte essas trabalhadoras, abrangendo aspectos sócios-econômico-culturais.

---

<sup>42</sup> Caso de Micaela Joaquina citado na página 51.

### Capítulo 3: Articulação de Categorias

A partir de nossas leituras e questões formuladas, pudemos ensaiar algumas respostas aos nossos problemas. Compreendemos que para alcançarmos um discurso histórico que traga em si a pretensão de tematizar as relações sociais, experiências e subjetividades, que explique aspectos socioeconômicos e culturais, é necessário adotar uma metodologia que, ao analisar suas fontes, articule as categorias *gênero*, *classe* e *raça*. Para tal empreendimento é necessário diálogo entre os campos da História para que assim suas abordagens e temas confluem.

Contudo, para tanto, é preciso deixar de lado alguns desafetos e entraves e partir de uma epistemologia que dite não haver nulidade de uma perspectiva sobre a outra. Porém, para que possa haver uma soma, ao invés de embate, entre abordagens e temas, é necessário considerar quais significados e variações históricas definem as categorias e ter o sujeito epistêmico como agente, mas também como produto, pois o “sujeito é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, constitui-se nela” (MOLON, 2011: 616).

A forma de empreender e expor os conceitos pode dar-se pelo que está contido nas fontes (para evitar anacronismos), assim como na própria abordagem do/a pesquisador/a e a bibliografia que o/a auxilia em suas pesquisas e argumentações.

*Raça*, por exemplo, segundo o historiador Ronald Raminelli (2015), conta com uma gama de três vertentes teóricas que analisam, de forma diferente, o seu significado. Também é preciso atenção à época em que o termo aparece nos discursos, seja nas fontes ou nas narrativas históricas construídas posteriormente, pois “(...) no Antigo Regime, o termo *raça* continha significados variados, fluidez que dificulta sua identificação pelos historiadores.” (RAMINELLI, 2015: 215). Ou seja, a noção de *raça* variava nos documentos, o que ressalta a importância de entender e apontar o que as fontes colocam.

Com a categoria *gênero* vimos que há três perspectivas teóricas, e, pelo menos, duas formas de entendê-la, sendo uma biológica e a outra social (SCOTT, 1991: 77 – 79). Cabe também ressaltar que *gênero* só aparece como categoria no final do século XX, do século XVIII ao início do XX as teorias sociais que enquadravam questões sobre mulheres trabalhavam pela perspectiva de uma posição antagônica entre masculino e feminino (SCOTT, 1991). Portanto, é preciso que durante a escolha da forma em que será trabalhada a categoria, seja considerada a possibilidade de diálogo

entre a abordagem teórica para *gênero* com a utilizada para *raça*. Com a categoria *classe* as mesmas considerações devem ser observadas.

Feitas essas breves observações, podemos partir às necessidades que apontam o uso dessa metodologia.

Embora não haja para nosso recorte autores e autoras que trabalhem de forma articulada as categorias que propomos, há, para outros recortes, aqueles/as que se empenharam em tal jornada, como podemos ver na obra de Annie McClintock (2010). A historiadora, em seu livro *Couro Imperial*<sup>43</sup>, ao nos contar sobre a colonização e expansão inglesa sobre a África, apresenta aspectos metodológicos e a necessidade de trabalhar as categorias de forma articulada.

Seja no contexto da expansão e colonização inglesa, seja nos movimentos de Portugal e suas colônias, gênero, classe e raça não são “distintos reinos da experiência”, que podem ser percebidos e interpretados separadamente (McCLINTOCK, 2010: 19). Para dar conta da complexidade das relações sociais e econômicas ao longo do tempo é necessário não apenas mobilizar categorias de análise, mas articulá-las entre si. McClintock alerta que os entrelaçamentos entre esses domínios não devem implicar em reduções de uns sobre outros. Em verdade, são as relações que importam, suas reciprocidades constitutivas e as contradições que as animam (EFREM, 2013: 382).

Ao expor sua pesquisa sobre o sabão e sua propaganda até os escritos e a vida de Oliver Schreiner, são os entrecruzamentos e as articulações que a autora destaca. Em *Enganos Mútuos* (2010: 204 – 295), podemos ver como McClintock apresenta resultados de uma análise que norteou-se pela articulação das categorias. São por estes cruzamentos que a historiadora percebe a racialização e a sexualização da mercadoria. Citando Marx (2010: 208), Anne McClintock observa como o sabão tornou-se uma mercadoria produtiva, como um produto tão representativo do espaço doméstico migrava para as colônias e se apresentava às classes subalternas como símbolo de purificação racial, e como a África, “conquistada pelas mercadorias domésticas, reafirmava sua ‘feminilidade’ na retórica imperialista” (EFREM, 2013: 382).

Segundo Michel De Certeau, “os sistemas sócio econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar” (1982: 69). Acompanhando este raciocínio, compreendemos que a cultura, a linguagem e os

---

<sup>43</sup> Sugerimos atenção especial ao capítulo *Raça, classe e gênero, categorias articuladas*. Da obra de McClintock. Neste capítulo a autora nos elucubra sobre as propostas e possíveis ganhos historiográficos com a articulação de categorias.

discursos agem sobre, mas também são influenciados pelo sistema econômico, o que nos leva a refletir sobre as abrangências que os discursos históricos poderiam ter caso a História cultural abordasse o tema *mulheres* considerando o sistema econômico no qual elas estão inseridas.

Ao lermos os costumes e dinâmicas familiares interpretados somente por aspectos culturais, localizamos uma falta no que diz respeito às próprias relações de gênero, pois a cultura, geralmente expressa pelas normas, percepções e condutas ditadas pela Igreja, Estado, pais e maridos, costuma aparecer nas narrativas históricas como hegemônica (ARAÚJO, 2015; BRUGGER, 2007; PRIORE, 1994). Porém, tal percepção não se sustenta se nos atermos ao que Faria expõe sobre as famílias de camadas baixas das zonas rurais (1998). Ao percebermos variadas formas de constituição familiar e objetivos diversos para o matrimônio e a continuidade geracional, vemos que a classe social determina realidades, impossibilitando o pleno alcance cultural de forma homogênea a todas as mulheres. Além disso, há também diversos casos de mulheres chefiando fogos (BRUGGER, 2007: 83), o que, por si só, já demonstra que o alcance de uma cultura patriarcal não deve ser considerado de forma generalizante.

Podemos perceber, tal qual aparece no pensamento de Marx, de que a racionalidade capitalista penetra em outras áreas da vida humana. Nesse sentido, “as relações amorosas começam a se pautar por uma lógica de lucro e de vantagem, os filhos são escolhidos em função das atividades produtivas ou outras de cada membro do casal” (LEÃO e CARVALHO, 2008: 540).

Portanto, uma análise que busque compreender a vida das mulheres no Brasil setecentista, encontrará melhor equilíbrio se, ao perceber as mulheres a partir da casa, da família, da cultura, também buscar, informações sobre o trabalho dessas mulheres – se são trabalhadoras livres assalariadas ou não, se são escravas, se são proprietárias de empresas, terras, escravos e escravas.

François Dosse nos apontou as consideráveis contribuições das somas metodológicas dos variados campos da História com sua obra *A História em Migalhas* (1994). Ao estudar os escritos de Georges Duby, o historiador atentou sobre compreendermos algumas associações que levam a um todo. Dosse colocou que

Se nos detivermos no itinerário de certos historiadores, como Georges Duby, constataremos o percurso sintomático da sua geração que o levou a atravessar três etapas sucessivas: partindo do aspecto

econômico, chegou ao imaginário sem esquecer o estudo do social. Para ele, esses três níveis permanecem indissociáveis na abordagem dos tempos feudais: "Uma sociedade forma um todo. Não creio ser possível dissociar o aspecto político do econômico ou do cultural. É essa aglutinação que leva a recorrer a todas as informações". (1994: 77)

A História se propôs a apropriar-se de métodos e conceitos utilizados em outras áreas, por que não haveria de fazer dentro de si mesma? Ao refletirmos desta forma percebemos um esvaziamento de sentido na persistência sobre a negação das contribuições intra-históricas, ou, pelo menos, a falta de elaborações que pratiquem o diálogo entre as abordagens e campos.

Por último, se nos atentarmos na questão da economia-mundo, podemos nos voltar ao próprio Fernand Braudel, que, embora não estivesse claramente exposto em seus objetivos, ao nos apresentar a atuação das feirantes e peixeiras em *Civilização material, economia e capitalismo* (1995: 11 – 20), nos leva a perceber a participação das mulheres naquele comércio como parte da estrutura econômica que o autor denotava, logo, podemos ler a integração deste trabalho das mulheres no comércio de longa distância abrangendo os aspectos de uma economia-mundo.

Neste mesmo sentido, em que as categorias analíticas não foram utilizadas de forma a se articularem (ao menos não de forma explícita), e *mulheres*, como tema, não estava na intenção da pesquisa, podemos também nos voltar a Giovanni Levi e sua obra *A Herança Imaterial* (2000).

Embora o historiador não estivesse trabalhando com as categorias *mulher* ou *gênero*, embasando-se em métodos da micro-história, Levi nos mostra como a mão-de-obra feminina e as relações familiares colaboraram nos processos que levaram a uma alteração estrutural. A partir de seus campos de verificação: organização familiar e a relação com a terra, acessamos informações sobre políticas dotais e hereditárias (LEVI, 2000: 98 – 106), assim como entendemos alguns aspectos de estratégias familiares (2000: 98 - 99), isto nos leva a entender melhor as relações de gênero em seu recorte, pois a “família não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de direitos e deveres iguais, mas sim de forma hierarquizada (2000: 110).

Para além da mulher enquanto mãe/esposa/irmã/filha, para além da história da família (LEVI, 2000: 105) teremos as viúvas usufrutuárias da herança dos falecidos maridos tocando os negócios da família, como o caso de Maria, viúva de Giovan Matteo (2000: 116 – 119). Também nos são apresentados aspectos sobre o uso da mão-de-obra

e o trabalho das mulheres e crianças do campo, que podemos perceber na passagem: “A criação do bicho-da-seda permitia um emprego intensivo de mão-de-obra infantil e feminina e aparecia como uma contribuição monetária importante (...)” (2000: 143).

## Considerações Finais

“O discurso ‘científico’ que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico” (DE CERTEAU, 1982: 69 – 70). Concordando com o que disse Michel De Ceteau, determinamos a historiografia como nosso objeto para conseguirmos compreender as narrativas históricas que observaram as mulheres e o capitalismo no século XVIII.

Vimos que, mesmo após a ampliação de história das mulheres para estudos de gênero, as mulheres continuaram destinadas a uma narrativa histórica específica que trata de discursos e relações de gênero construídos e expressos pela cultura<sup>44</sup>, a qual vimos que, no caso do Brasil setecentista, não era hegemônica.

As narrativas históricas que tematizaram as mulheres e foram analisadas nesta pesquisa, desenvolvidas pelo campo da História cultural, apresentaram uma perspectiva que se interessa pela linguagem, cultura e discurso, e demonstraram, em seu universo conceitual, uma atenção para questões sobre identidade, subjetividade, significação e discurso, dessa forma, no caso da historiografia sobre o Brasil setecentista, questões sobre classe social e práticas capitalistas de uma economia-mundo não ganharam muita atenção.

A história de uma sociedade, independente de tematizar mulheres ou relações de gênero, será uma história ampla e mais próxima de apresentar aspectos econômicos e culturais, se, na apresentação de seus resultados, constar indícios de uma análise preocupada em articular as categorias inerentes aos sujeitos históricos.

A História econômica não se priva somente a relações sociais de produção que apenas indicam produção e distribuição, ela mostra também aqueles que participam dos processos, por outro lado, a História cultural pode ir além de experiências subjetivas (sujeitos e identidades) se houver a compreensão de que a cultura pode ser também influenciada pelo sistema econômico.

Joan Scott, historiadora feminista que tanto influenciou e influencia os estudos de gênero na historiografia brasileira, pontua em seu artigo (1995) a importância e possibilidade metodológica de uma articulação entre as categorias. Já a historiadora Gisela Bock nos lembra que “a historiografia das mulheres demonstra, cada vez mais,

---

<sup>44</sup> Normas morais, condutas e hábitos que, supostamente, são observados e seguidos pelo corpo social, sendo expressos tanto na esfera privada quanto pública.

que a história das mulheres não é idêntica para todas as mulheres e que nem todas as mulheres têm a mesma história.”(BOCK, 1989: 161), e que presumir que todas as mulheres “compartilham as mesmas percepções, experiências ou situações, adultera a realidade histórica.” (BOCK, 1989: 160). Ou seja, a história das mulheres deve ser compreendida no plural, nunca no singular.

Ao longo desta pesquisa ficou evidente que não existe uma única narrativa histórica possível, contudo pudemos perceber que, pelo diálogo e aproximação entre os campos e por confluências metodológicas, é possível apresentar histórias que considerem tanto a construção de identidades ocasionadas pelas experiências subjetivas, quanto as práticas econômicas do sistema no qual os sujeitos estão inseridos, trazendo, desta forma, aspectos estruturais. Acreditamos que, assim, pode-se expor histórias que incluam as construções de identidade e discursos como inerentes à cultura que ora age sobre ora responde a um sistema econômico.

A crítica à fragmentação nos estudos da História<sup>45</sup> pode ajudar a explicar algumas características sobre a historiografia produzida pelos estudos de gênero no Brasil. Se entendermos que o tratamento a um tema deve dar-se pela perspectiva do entrecruzamento de categorias, ao invés de manter-se fixo a uma ou outra abordagem, pois, se pensarmos que cada campo tem muito a oferecer, entendemos que a soma dos vieses de cada um levará a uma forma analítica dos documentos com uma gama de interesses mais variada e desembocará em uma história mais ampla, resultando em uma história que apresente, inclusive, variadas escalas de observação.

Por fim ressaltamos, novamente, que não estamos defendendo uma postura metodológica entendendo-a como a única possível e capaz de legitimar os discursos históricos, apenas percebemos, por esta pesquisa, que esta possibilidade existe como perspectiva teórica e apresenta resultados práticos, os quais são relevantes e contribuem para ampliação dos saberes e da História, assim como torna-se mais uma aliada ao feminismo contemporâneo.

---

<sup>45</sup> Durante sua obra, François Dosse pontua sobre a fragmentação dos saberes e as perdas analíticas que esta prática carrega. Sugerimos, para rápida observação, a leitura de sua conclusão (1994: 247-253).

## Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUNB, 1999.

ALEXANDER, Sally. Women, Class and Sexual Differences in the 1830s and 1840s: Some Reflections on the Writing of a Feminist History. Oxford Journal, University of Ulster, maio de 2015.

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In.: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 45 – 77.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Fernando Novais: um marxista pascaliano? Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 201-214, abr. 2015.

BARROS, José D'Assunção. Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História. Campinas, n.16, pp. 17-35, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Fernand Braudel e a geração dos Annales. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6, n. 11, UFGD, Dourados jan/jun 2012.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. O jogo das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOCK, Gisela. História, História das Mulheres, História do Gênero. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 4, 1989. pp. 158-187.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARRARA, Angelo Alves. Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.), VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 42 – 52.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989. pp. 139-167.

- DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In.: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. Campinas: Editora Unicamp, 1994.
- EFREM, Roberto. Os Despudores de Anne McClintock. Cadernos Pagu no.40, Campinas, Jan./June 2013.
- FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. Mulheres forras: riqueza e estigma social. Tempo (London) , Niterói, RJ, v. 5, n.9, pp. 65-92, 2000.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.
- \_\_\_\_\_. Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
- FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, pp. 74-106.
- GORENDER, Jacob. *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*. In : Lapa, José R. do Amaral (org.), Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.
- KOSELLECK, Reinhart. A História dos Conceitos como História Social. In.: KOSELLECK, Reinhart *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 97-118.
- \_\_\_\_\_. Estratos do Tempo: Estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LEÃO, Igor Zanini Constant C. CARVALHO, Anna Luisa Barbosa Dias de. Uma introdução à história econômica. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 539-548, dez. 2008.
- LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.), VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 130 – 145.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, Nº 169, pp. 223-253, julho/dezembro 2013.
- MARX, Karl. O capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Mandacaru, 1989.
- \_\_\_\_\_. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. São Paulo: Editorial Avante, 1982.
- \_\_\_\_\_. Primeiro Manuscrito. In.: *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. 1ª Ed. 1932. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acesso em: agosto de 2019.
- McCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Unicamp, 2010.
- METCALF, Alida C. Women and Means: Women and Family Property in Colonial Brazil. *Journal of Social History*, Vol. 24, No. 2, 1990, pp. 277-298.
- MOLON, Susana Inês. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez. 2011.
- MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, vol. 1, nº. 1, 2009, p. 117-138.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. Aproximações: estudo de História e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PRIORE, Mary Del. Brasil colonial: um caso de família no feminino plural. *Cad. Pesq.* São Paulo, N. 91, pp. 69-75, nov. 1994.
- \_\_\_\_\_. Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.

\_\_\_\_\_. Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino. In.: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 78 – 114.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In.: *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. pp. 81 – 91.

RAMINELLI, Ronald José. Eva Tupinambá. In.: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 11 – 43.

\_\_\_\_\_. Cores, Raças e Qualidades. In.: RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp. 207 – 240.

RAMOS, Gilmária Salviano. Nas tramas dos estudos de gênero: problematizando apropriações. In. Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs) *Historiografia 35 anos*. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011. pp. 110 – 125.

SANTOS, Luciane Lucas dos. Deve a economia feminista ser pós colonial: Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 114, dezembro 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, nº13, dez. 1999, pp. 129-153.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

\_\_\_\_\_. Experiência. In SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (orgs.) *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

SEWELL, William H. Jr. Uma Teoria da Estrutura: Dualidade, Ação e Transformação. In.: *Lógicas da História: Teoria Social e Transformação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial. *Revista de História*, V. 55, N. 109, mar. 1977, pp. 149 – 164.

SILVA, Marilda Santana. Dignidade e transgressão: mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830). Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOCOLOW, Susan Migden. Women and Work. In.: SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latin America* [2 Ed.]. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. pp. 120 – 139.

TESTINO, Luis Miguel Glave. Cinco Mujeres y una historia extraordinária. In.: BARRIG, Maruja (Org.), AYIN, Narda Henriquez (Org.), OLMO, César Delgado Díaz del (Org.). *Otras Pielles, Género, História y Cultura*. Lima. Peru: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1995. pp. 89 – 113.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Santa Catarina em História*, v.1, n.1, 2009. Universidade Federal de Santa Catarina.

## ANEXO 01 – Fontes

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In.: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 45 – 77.
BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. Tempo (London), Niterói, RJ, v. 5, n.9, pp. 65-92, 2000.
FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.
FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. Barocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.
FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, pp. 74-106.
PRIORE, Mary Del. Brasil colonial: um caso de família no feminino plural. Cad. Pesq. São Paulo, N. 91, pp. 69-75, nov. 1994.
PRIORE, Mary Del. Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino. In.: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 78 – 114.
RAMINELLI, Ronald José. Eva Tupinambá. In.: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 11 – 43.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial. Revista de História, V. 55, N. 109, mar. 1977, pp. 149 – 164.
SILVA, Marilda Santana. Dignidade e transgressão: mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830). Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

## ANEXO 02 – Fontes

CARRARA, Angelo Alves. Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989.
SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.